



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Pró-reitoria de Graduação
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Curso de Arquivologia

SERGIO RICARDO ALMEIDA DA HORA

ARQUIVO FOTOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
Mapeamento e descrição de acervos públicos e privados da capital
paraibana

João Pessoa – PB,
2011

SERGIO RICARDO ALMEIDA DA HORA

**ARQUIVO FOTOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
Mapeamento e descrição de acervos públicos e privados da capital
paraibana**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC)**, apresentado como requisito didático-
pedagógico ao Centro de Ciências Biológicas
e Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual da Paraíba para obtenção do grau
de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS

**João Pessoa – PB,
2011**

H811a

Hora, Sergio Ricardo Almeida da.

Arquivo fotográfico e desenvolvimento local: mapeamento e descrição de acervos públicos e privados da capital paraibana. / Sergio Ricardo Almeida da Hora. – 2011.

159f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Arquivologia, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. José Washington de Morais Medeiros, Curso de Arquivologia”.

1. Arquivo fotográfico. 2. Memória – Sociedade Paraibana
3. Acervos fotográficos. I. Título.


21. ed. CDD 026.770

SERGIO RICARDO ALMEIDA DA HORA


**ARQUIVO FOTOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
Mapeamento e descrição de acervos públicos e privados da
capital paraibana**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO (TCC)**, apresentado como
requisito didático-pedagógico ao Centro
de Ciências Biológicas e Sociais
Aplicadas da Universidade Estadual da
Paraíba para obtenção do grau de
Bacharel em Arquivologia, semestre
2011.2.

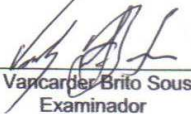
Aprovado em 29 de novembro de 2011



Prof. Dr. José Washington de Morais Medeiros / UEPB
Orientador



Prof. Ms. Maria José Cordeiro de Lima / UEPB
Examinadora



Prof. Dr. Vancardes Brito Sousa/UEPB
Examinador

Mas nós pregamos a Cristo crucificado, que é escândalo para os judeus, e loucura para os gregos. Mas para os que são chamados, tanto judeus como gregos, lhes pregamos a Cristo, poder de Deus, e sabedoria de Deus. Porque a loucura de Deus é mais sábia do que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. (1 Coríntios 1:23-25)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a meus amados pais José Martins da Hora e Maria Sonia Almeida da Hora e a meu querido irmão Paulo Henrique Almeida da Hora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui. Até mesmo nos momentos mais difíceis, onde cogitei trancar e até desistir do curso de Arquivologia, por estar desmotivado com a falta de reconhecimento da área. Se não fosse pela graça do Senhor meu Deus, eu não tinha chegado a essa fase crucial e tão importante que é o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. José Washington de Medeiros Moraes por todos os auxílios. Contudo, agradeço pela orientação do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além disso, por sua paciência, em momentos de puro descontrole de minha parte, ocasionado pela intensidade do momento.

Agradeço também a meus pais José Martins da Hora e Maria Sônia Almeida da Hora pela sustentação, tanto financeira como afetiva, me dando apoio e suporte em tudo quanto foi necessário e nos momentos mais difíceis.

Agradeço a meu irmão Paulo Henrique Almeida da Hora pelo apoio em alguns trabalhos acadêmicos, onde tive dificuldades com normatizações e com a tecnologia.

Agradeço as minhas avós Inês Martins da Hora (In Memoriam) e Teresa Cristina dos Santos Almeida, aos meus avôs Arnaldo Dias de Almeida (In Memoriam) e Francisco Jacinto da Hora, pelo grande incentivo que me deram durante minha infância, minha adolescência e agora na fase adulta, sempre ressaltando a importância dos estudos para se obter uma vida profissional de sucesso e principalmente para o fortalecimento de nosso caráter.

Agradeço também a meus tios, tias, primos e primas pelo grande apoio que me deram.

Agradeço a meu Pr. Willton Augusto Vasconcelos da Silva pelo apoio concedido e por suas orações pela minha pessoa.

Agradeço as minhas psicólogas Aracelly (Dirigindo Bem) e Bernadete (CAIS – Mangabeira), pela força e apoio para superar meus medos, minhas inseguranças, a controlar minha ansiedade, contudo, levantando meu alto-astral e me fazendo compreender que a vida não é feita de tristezas.

Agradeço aos amigos Gustavo Soares Guedes, Geovani da Silva Santos, Gustavo Henrique Paiva, Anderson Patrício, Phillipe Sousa Cavalcante, Valéria Diniz Dorneles, Luyz Paullo Targino Saturnino, Célia Medeiros Dantas, Angélica Barreto Ferreira, Andressa Ferreira de Lima, Ketlen Oliveira Estevam, Kleane Pâmela Pereira dos Santos, Lidiane Carneiro, Bruno Medeiros de Araújo, Suênia Vasconcellos, Larissa Chaves, Aleksandra Silva, Johnatan Silva do Ó, Sidcley de Andrade, José Galdino, Danielle Batista, Robson Lima, Alisson Pontes, Wellington Silvestre, Michelly Pereira, Williams Evangelista, Cristiane Evangelista, Dyego Darlan, Angélica Artâmara, Simony Guimarães, Rafaella Guedes, Alana Hellen, Pollyana Santos, Mayara Luna, Pr. Pedro Rosenildo, Rodrigo Pontes, Sandra Tavares, Kleber Johnny, Saionara Coutinho, Anderson Cavalcante, Dulce Elizabeth, Ednairam Amador, Danielle de Araújo Formiga, Wesley Galdino, Layne Lima, Alysson Lima, Andrea de Freitas, Louredo Lacerda, José Alberto, Juliene Wênia, Leonilson Doyle, Alyne Erycka, Marli Fidélis, Priscila Zelo, Lauricélia, Naftali Shirley, Willian Galdino, Maria do Socorro Galdino, Amanda Brito, Aline Soares da Silva, José de Andrade, Maria das Neves de Andrade, Nayany Carneiro, Natan Dias e Nathália Coeli e Leandro Ferreira pela grande amizade e auxílio nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos queridos professores Maria José Cordeiro de Lima, Vancarder Brito Sousa, Josemar Henrique, Eliete Correia dos Santos, José Tavares, Rosires Andrade, Manuela Maia, Antônio Germano Ramalho, Jimmy Léllis, Naiara Ferraz, Esmeralda Sales, Henrique França, Eutrópio Bezerra, Briggida Azêvedo, Amélia Augusta e Marcson Sousa pelos mais diversos conhecimentos que me foi proporcionado através de vocês.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB pela oportunidade que me foi dada para que eu me tornasse um cidadão.

RESUMO

Nos dias atuais, políticas públicas de comunicação e informação já reconhecem a “popularização” dos recursos informacionais como parâmetro de democratização da aprendizagem à justiça social. Nesse contexto, a Ciência da Informação e, mais especificamente, a Arquivologia tem como desafio compreender como o fenômeno informacional tem se constituído como um dos principais eixos que move as dinâmicas estratégicas do desenvolvimento dos povos, culturas e nações. Nessa perspectiva, esta pesquisa objetivou investigar acervos fotográficos públicos e privados relacionados à história passada e do tempo presente da cultura paraibana, mais precisamente da capital João Pessoa. A pesquisa voltou-se para 8(oito) instituições, cujos acervos fotográficos não foram inventariados, buscando fortalecer a preservação do patrimônio documental, histórico e artístico do Estado da Paraíba. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de campo, fundamentada na abordagem qualitativa e no estudo do tipo documental e descritivo. Para coleta de dados foram utilizados formulários, diários de campo e fichas para inventário e descrição dos acervos fotográficos do Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ), do Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB - Campus João Pessoa), da Academia Paraibana de Letras (APL), do Arquivo Afonso Pereira, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, da Ensaio Brasil e do Arquivo Histórico da Paraíba. Os resultados mostram quão significativos são esses acervos fotográficos, representando a memória da sociedade paraibana, implicando vários entendimentos sobre momentos específicos da realidade local. Conclui que as imagens fotográficas oferecem diversas possibilidades de leitura sobre o desenvolvimento da capital paraibana a partir dos documentos imagéticos, lançando nosso olhar sobre tantos outros acervos custodiados por entidades diversas em João Pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem. Fotografia. Acervos Fotográficos. Desenvolvimento local

ABSTRACT

Nowadays, public policy communications and information already recognize the "popularization" of information resources as a parameter for the democratization of learning to social justice. In this context, Information Science and, more specifically, the Archivology is challenged to understand how the informational phenomenon has been constituted as one of the main strategies that drives the dynamics of the development of peoples, cultures and nations. From this perspective, this research aimed to investigate public and private photographic collections related to history and culture of our time Paraíba, more precisely the capital João Pessoa. The research turned to 8 (eight) institutions whose photographic collections have not been inventoried, seeking to strengthen the preservation of documentary heritage, historical and artistic state of Paraíba. In methodological terms, this is a field research based on qualitative approach and study the type documentary and descriptive. For data collection forms were used, field diaries and records for inventory and description of the photographic collections of the Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ), the Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB - Campus João Pessoa), the Academia Paraibana de Letras (APL), the Arquivo Afonso Pereira, the Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), the Arquivo Eclesiástico da Paraíba, the Ensaio Brasil and the Arquivo Histórico da Paraíba. The results show how significant are these photographic collections, representing the memory of society Paraíba, involving more specific understandings of the local moments. Concludes that the images offer several possibilities of reading on the development of capital of Paraíba from pictorial documents, casting our eyes on so many other collections held in custody by various entities in Joao Pessoa.

KEYWORDS: Image. Photography. Photographic collections. Local Development

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Projeção de construção do Campus do UNIPÊ	48
FOTOS 2: Descrição do acervo do UNIPÊ.....	49
FOTO 3: Visita dos idealizadores ao local onde será construído o campus..	53
FOTOS 4: Acompanhamento do projeto de construção in loco.....	54
FOTO 5: Chegada das máquinas da construção.....	54
FOTO 6: Posicionamento dos módulos arquitetônicos.....	55
FOTO 7: Dirigentes e equipe técnica vistoriando as obras.....	56
FOTO 8: Visita dos fundadores do UNIPÊ ao local da construção: a dimensão do terreno.....	56
FOTO 9: Expansão no número de trabalhadores na construção do campus (1979).....	57
FOTO 10: Avanço do serviço de terraplanagem (1979).....	58
FOTO(S) 11: Curso de estratificação e edificação: laboratório de solo e pavimentação (1971).....	62
FOTO 12: I Seminário Nacional da Qualidade na Educação Tecnológica (1997).....	63
FOTO(S) 13: Formatura e visitas ilustres.....	64
FOTO 14: Aula inaugural do CEFET em Cajazeiras – PB (1999).....	66
FOTO 15: Abertura da I Exposição Escola-Empresa da Paraíba (1973).....	67
FOTO 16: Comemoração dos 90 anos do CEFET – PB.....	68
FOTO(S) 17: Álbum.....	70
FOTO 18: O imortal Augusto dos Anjos.....	75
FOTO 19: O imortal Ariano Suassuna.....	75
FOTO 20: Guarda dos documentos fotográficos.....	78
FOTO 21: Lateral da sede da APL antes da restauração.....	79
FOTO 22: Pátio central da APL.....	80
FOTO 23: Eleições: acadêmicos prestigiando o momento democrático (2007).....	82
FOTO(S) 24: Álbuns de fotografia.....	85
FOTO 25: Inauguração do Arquivo Afonso Pereira.....	86

FOTO 26: Visita as oficinas do Jornal Correio.....	88
FOTO 27: Homenagens: diploma e medalha por Ordem do mérito Judiciário.....	90
FOTO 28: Visita a Universidade Católica da América (Denver - EUA).....	91
FOTO 29: Colégio Dom Zacarias - Malta-PB.....	92
FOTO 30: Espaço da família - sala dos netos.....	94
FOTO 31: Construção do prédio do IHGP (1955).....	98
FOTO 32: Encanamento de adução a fonte luminosa da Lagoa (1939).....	99
FOTO 33: Bacia do Sanhauá com a Praça Parahyba (1922).....	100
FOTO 34: Construção do cais provisório (1922).....	102
FOTO(S) 35: Passeio do grupo de jovens JCC na praia de Tambaú (1948)..	106
FOTO 36: Dom José Maria Pires ao lado do Governador João Agripino em desfile de carro aberto (1966).....	108
FOTO 37: Dom José Maria Pires na Igreja do Rosário em Jaguaribe (1966)	110
FOTO 38: Pés.....	113
FOTO 39: os três.....	115
FOTO 40: Espelhos.....	117
FOTO 41: cabeça de lagartixa.....	117
FOTO 42: cidadão do mundo.....	118
FOTO 43: Canavial.....	119
FOTO 44: Rua Barão da Passagem – atual Rua da Areia – (1903).....	123
FOTO 45: Praça Pedro Américo (1904).....	123
FOTO(S) 46: Centro de João Pessoa, respectivamente: Av. Beaurepaire Rohan e a Rua Visconde de Pelotas – Visualizando o Cine Municipal – (década de 1980).....	124
FOTO 47: Rua da Rodoviária (década de 1980).....	126
FOTO 48: Tropas paraibanas em Alagoas (1930).....	127
FOTO 49: Trecho da Rua Visconde de Pelotas – hoje demolido – (1940).....	130

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

NDA - Núcleo de Documentação e Arquivo

SEGEN - Secretaria Geral de Ensino

IPÊ - Instituto Paraibano de Educação

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

NDPEP - Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

APL - Academia Paraibana de Letras

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

ISAD(G) - General International Standard Archival Description

JK - Juscelino Kubitschek

Av.- Avenida

s/n - Sem número

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Prof^a - Professora

Dra. - Doutora

USP - Universidade de São Paulo

ONG's - Organizações Não-Governamentais

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

FUNAPE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional

Prof^o - Professor

FUNESC - Fundação Espaço Cultural

AAP - Arquivo Afonso Pereira

UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

Pe. - Padre

PIB - Produto Interno Bruto

Pça. - Praça

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	17
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO	20
2.3 OBJETIVOS	22
2.3.1 Objetivo geral	22
2.3.2 Objetivos específicos	22
2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM	22
2.5 CAMPO EMPÍRICO	23
2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	26
3 O CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA COMO CAMPO DO CONHECIMENTO .	29
3.1 O CENÁRIO DA ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL	30
3.2 DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS	32
4 ARQUIVOS ESPECIALIZADOS: DISCUTINDO A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO	33
4.1 IMAGEM	33
4.2 FOTOGRAFIA	34
4.3 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO	37
5 O ESTUDO DA FOTOGRAFIA NO CONTEXTO DA ANTROPOLOGIA	40
5.1 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA FOTOGRAFIA	40
5.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	41
5.3 AMARTYA SEN: DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE	43
6 MAPEANDO E DESCREVENDO OS ACERVOS FOTOGRÁFICOS	45

6.1 DESCRREVENDO O ACERVO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO (NDA/UNIPÊ)	47
6.2 DESCRREVENDO O ACERVO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NDPEP/IFPB)	60
6.3 DESCRREVENDO O ACERVO DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS (APL)	74
6.4 DESCRREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO AFONSO PEREIRA	84
6.5 DESCRREVENDO O ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO (IHGP)	97
6.6 DESCRREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA	104
6.7 DESCRREVENDO O ACERVO DA ENSAIO BRASIL	112
6.8 DESCRREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	144
ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO	144
ANEXO B: ORIENTAÇÕES SOBRE O PREENCHIMENTO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS	149
ANEXO C: QUESTIONÁRIO DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS – INSTITUIÇÕES/FOTÓGRAFOS/COLECCIONADORES	150
ANEXO D: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM NDPEP/IFPB	153
ANEXO E: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM APL	154
ANEXO F: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO AFONSO PEREIRA	155
ANEXO G: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM IHGP	156
ANEXO H: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA.....	157
ANEXO I: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ENSAIO BRASIL	158
ANEXO J: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA.....	159

1 INTRODUÇÃO

A revolução técnico–científica evidenciada no século XX, sobretudo, alterou o modo de vida, de pensar e agir da humanidade. O processo de obtenção e difusão da informação, assim como a preservação da memória cultural e histórica, também é parte integrante dessa perspectiva, pois ter acesso à informação no contexto contemporâneo significa poder, e o sujeito que obtém oportunidades acaba se sobressaindo, e ganhando vantagem sobre outrem que sequer alcançou a chance de ter acesso ao conhecimento. Entretanto, diversas políticas públicas de comunicação e informação tornaram populares os recursos informacionais, inclusive a capacitação do sujeito para interagir com as máquinas mais sofisticadas. Contudo, esta democratização da informação auxiliou a povos e nações a se desenvolverem frente aos ideais de justiça social, ou seja, todos com iguais direitos de captação do aprendizado.

Concomitantemente a esse fenômeno, a Ciência da Informação e, principalmente, a Arquivologia vem acompanhando essa revolução que se transforma e se renova diariamente. Nesse sentido, sob o contexto cognitivo, econômico e social, compreender o fenômeno informacional tornou imprescindível na história do tempo presente, possibilitando coordenar ações e políticas relacionadas ao aumento das riquezas materiais e simbólicas.

Diante disso, houve avanços nos mais diversos desdobramentos, que dizem respeito à Arquivologia no Brasil. Entre eles, destaca – se a que valoriza a investigação sobre memória e patrimônio cultural que dinamizam o caráter da preservação da informação como bem cultural.

Em termos mais enfáticos, este estudo concentrou-se em arquivos, cujos acervos fotográficos não foram inventariados. Em termos metodológicos, foram mapeados, identificados e inventariados arquivos e coleções fotográficas com interesse de pesquisa histórico-sociológica, buscando fortalecer a preservação do patrimônio documental, histórico e artístico do Estado da Paraíba.

Os arquivos fotográficos pesquisados foram escolhidos, devido à influência direta dessas no desenvolvimento social, cultural e econômico da capital paraibana. A hipótese da pesquisa parte do princípio de que os acervos fotográficos apontam que as instituições públicas e privadas pesquisadas tiveram correlação com o desenvolvimento da cidade de João Pessoa.

O projeto tem relevância para a Arquivologia, já que essa temática ainda é pouco discutida entre os pesquisadores e teóricos do referido campo. A fotografia por mais que seja entendida como uma arte, ainda se encontra em dificuldade de aceitação como documento. Além disso, as coleções fotográficas analisadas são de uma fantástica importância no sentido de que pesquisadores de outras áreas possam perceber o desenvolvimento econômico, cultural e urbanístico da cidade de João Pessoa através das fotografias.

Para o profissional arquivista, o projeto é importantíssimo na perspectiva de expansão e consolidação do mercado de trabalho para esse profissional. As instituições arquivísticas necessitam bastante do arquivista nos seus respectivos recintos. Além disso, abrirá um novo leque para futuras pesquisas sobre “arquivos fotográficos”, como foi explicito anteriormente ainda é uma temática pouco explorada.

A pesquisa tornou-se significativa à sociedade, no sentido de que os acervos fotográficos narram a história do desenvolvimento da sociedade e da capital paraibana. Potencializando, portanto, o papel que estas instituições proporcionaram para tal desenvolvimento, seja ele cultural, econômico ou estrutural. Além de possibilitar a construção de núcleos e instrumentos de pesquisa mais eficientes e que auxiliem o usuário na busca da informação que lhe será útil.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa é uma etapa na qual devemos definir de forma objetiva a metodologia que será utilizada no trabalho de pesquisa, bem como apontar quais ferramentas serão usadas na condução e análise dos resultados.

Barros e Lehfeld (apud GONÇALVES, 2005) reitera que a finalidade da pesquisa é resolver problemas e solucionar dúvidas mediante a utilização de procedimentos científicos, e a partir de interrogações formuladas em relação a pontos ou fatos que permanecem obscuros e necessitam de explicações plausíveis e respostas que venham a elucidá-las.

A pesquisa também tem relação intrínseca com a classificação da pesquisa que se enquadra dentro de uma perspectiva empírica. A pesquisa empírica ou de campo, é muito empregada nas Ciências Humanas e consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis para posteriores análises. Gil (2002, p.53) enfatiza que “a pesquisa é desenvolvida por meio de observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”.

Após a classificação da pesquisa, é interessante a etapa em que devemos escolher entre a realização de uma pesquisa quantitativa e/ou qualitativa. Contudo, a escolha de um ou de outra deve estar associada ao objetivo da pesquisa e, dependendo da natureza epistemológica da pesquisa, têm suas vantagens e desvantagens. Por outro lado, muitas vezes, pode-se fazer uso de diferentes métodos de forma combinada, aliando-se o qualitativo ao quantitativo, ou seja, complementando - as.

A abordagem quantitativa utiliza de métodos e técnicas estatísticas. Ou seja, o seu uso tem por objetivo garantir precisão na análise e decodificação dos resultados, alcançando assim uma confiabilidade maior nos mesmos. Foi muito preponderante entre as décadas de 1960 à 1980.

Na quantitativa, coletam-se e quantificam-se dados e opiniões mediante o emprego de recursos e técnicas estatísticas, partindo das mais simples, como porcentagem, média e desvio-padrão, até aquelas mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. Ela é muito adotada em trabalhos científicos do tipo tese. (GONÇALVES, 2005, p.101)

Entretanto, a crítica a esse tipo de abordagem, é que a informação é sempre identificada em dados brutos. Portanto, é pouco recomendada em uma pesquisa social que visa também analisar e apontar dados subjetivos caracterizando as complexidades que envolvem o contexto de cada instituição mantenedora de coleções fotográficas.

Já a abordagem qualitativa não faz uso de dados estatísticos na análise do problema, o que significa dizer que não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Normalmente, é usada quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. O pesquisador que queira utilizar métodos qualitativos deve aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Sendo assim, a pesquisa de método qualitativo permite não somente o entendimento das matizes essenciais que compõem os fenômenos, como também propicia articulações entre o próprio fenômeno e as mudanças que se fazem necessárias.

Para Westbrook (apud BAPTISTA; CUNHA, 2007), a ação do pesquisador em coletar dados para um estudo qualitativo envolve muito mais do que uma simples obtenção de informações sobre os centros de informação. O processo exige do pesquisador movimentos reiterados e cíclicos entre a coleta de dados e sua análise.

Portanto, as principais características dos métodos qualitativos são a imersão do pesquisador no assunto e o aspecto interpretativo durante a condução da pesquisa. Com isso, o pesquisador é um intérprete da realidade.

Para a pesquisa, onde se mapeou acervos fotográficos de instituições públicas e privadas, utilizou-se a pesquisa qualitativa. Pois, a perspectiva qualitativa nos forneceu subsídios para a interpretação da realidade a partir das próprias inter-conexões de seus fatores, e as fotografias podem pautar elementos de entendimento e crítica sobre sua grande funcionalidade que é eternizar momentos marcantes.

O planejamento de uma pesquisa é importante propor claramente o problema a ser investigado. Todavia, sua natureza e a situação espaço temporal em que se encontra a essência. Selecionar o tipo de pesquisa adequado e coerente exerce papel fundamental para o sucesso da pesquisa.

Köche (2006, p. 122) não leva em conta algumas e inúmeras classificações desses tipos de pesquisa, elevando em consideração o procedimento geral que é utilizado para investigar o problema. Seguindo essa linha, distinguimos os tipos de pesquisa:

a) a exploratória: Considerada por muitos autores o primeiro passo de todo trabalho científico. São atribuições de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, além de facilitar a delimitação de um tema de trabalho; e definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou até descobrir um novo tipo de enfoque para o trabalho que o pesquisador está planejando (KÖCHE, 2006 p. 123).

b) a descritiva: Consiste em uma pesquisa em que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem a interferência ou manipulação do pesquisador. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados sem apresentar intervenções do pesquisador. Por esse motivo é que podemos destacar sua principal característica, a utilização padronizada de técnicas de coleta de dados (ANDRADE, 2006, p.124).

Para o cumprimento dos objetivos delineados no projeto, utilizou-se a pesquisa exploratória como viés inicial. Gil (2002, p.41) explica que “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com visto a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que, permite a visualização e interpretação de diversos fenômenos que estão por vir. Além disso, foi usada também a pesquisa descritiva, por se aproximar bastante da perspectiva do trabalho, no sentido de caracterizar, em termos arquivísticos, as especificidades dos arquivos fotográficos.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa. Sua definição e esclarecimento é considerada a fase crucial para o desenvolvimento da pesquisa, pois, só desta forma é que podemos planejar e executar as operações adiante. O problema é criado pelo próprio autor e relacionado ao tema escolhido. O autor, no caso, criará um questionamento para definir a abrangência de sua pesquisa. Não há regras para sua criação, mas geralmente teóricos que trabalham com metodologia científica, sugerem que ele seja expresso em forma de pergunta para ser respondida através de uma hipótese, que será confirmada ou negada através do trabalho de pesquisa.

Um problema de pesquisa é [...] a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real, ou ainda a busca de soluções para problemas nele existentes, tendo em vista a sua modificação para melhor. Para aí chegar, a pesquisa é um excelente meio (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.85).

Portanto, a problemática é que determinará as indagações subsequentes, objetivando tratar os objetos que não se encaixam para levantar outras questões diferentes da inicial e o resultado desencadeará um novo conhecimento.

A Arquivologia tem um amplo espaço para discernimento de pesquisas, a exemplo dos documentos iconográficos, tais como fotografias, gravuras ou desenhos. Entretanto, ainda é um campo pouco explorado por pesquisadores da área. De fato, observamos tal inoperância com a situação de como os documentos iconográficos se encontram nas instituições arquivísticas, principalmente as fotografias.

A fotografia, com seu discurso “diferente” do discurso textual, é um nítido recorte do tempo, sendo uma prova de fatos e acontecimentos. Embora existam distorções, mas a verdade é que representa a existência de algo, útil à construção e reconstrução de momentos passados. O documento fotográfico, portanto, é o testemunho de acontecimentos que marcaram determinada época.

Entretanto, existe certo descaso para/com esse tipo de documentação, já que muitos profissionais e estudiosos mais tradicionais não a considerarem um documento. Podemos ratificar que a fotografia é não somente documento, como também é fonte de informação, que precisa ser preservada e disponibilizada à sociedade. Assim sendo, os arquivos fotográficos são de suma importância às entidades públicas ou privadas, uma vez que atestam sua história, ao mesmo tempo em que representam fatos e fenômenos da sociedade.

Pensando nessa perspectiva, essa pesquisa foi desenvolvida e têm por objetivo geral analisar acervos fotográficos de instituições públicas e privadas e sua correlação com o desenvolvimento local. **Qual a importância dos acervos fotográficos no desenvolvimento local?**

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo geral

- Analisar acervos fotográficos de instituições públicas e privadas e sua correlação com o desenvolvimento local.

2.3.2 Objetivos específicos

- Mapear acervos fotográficos de instituições localizadas na cidade de João Pessoa, buscando entender e reconduzir as verdades sobre a história da formação da sociedade paraibana;
- Refletir papel de cada instituição mantenedora dos acervos para o desenvolvimento local;
- Descrever em termos arquivísticos os acervos fotográficos.

2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

O universo da pesquisa foi a cidade de João Pessoa. E a amostragem que a envolveu foram instituições públicas e privadas, que contêm acervos fotográficos relevantes, localizadas na cidade de João Pessoa. Contemplamos ao todo 8(oito) instituições mantenedoras de acervos, entre elas uma agência. As instituições são: Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ), Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB), Academia Paraibana de Letras (APL), Arquivo Afonso Pereira, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Ensaio Brasil e o Arquivo Histórico da Paraíba.

2.5 CAMPO EMPÍRICO

2.5.1 Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ)

O Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ), foi fundado em 1992 com o nome de Centro de Documentação e Arquivo, uma idéia implantada pelo Conselheiro Prof. Afonso Pereira da Silva e tendo a 1ª funcionária a Prof.^a Maria das Graças Tôrres Pereira Feitosa. Com o nome de Núcleo de Documentação e Arquivo, o NDA teve sua primeira Coordenadora a Prof. Clemilde Tôrres Pereira da Silva no período de 1997 a 2008. O Núcleo está localizado no bloco K do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) na BR 230, Água Fria.

2.5.2 Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB)

O Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB) foi criado em 2010. O NDPEP é um órgão suplementar da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), que têm como pressupostos básicos o resgate e a preservação da memória da instituição. O órgão encontra-se localizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB - Campus João Pessoa) na Avenida Primeiro de Maio nº: 720, em Jaguaribe, João Pessoa-PB.

2.5.3 Academia Paraibana de Letras (APL)

A Academia Paraibana de Letras (APL) foi fundada à tarde de 14 de Setembro de 1941. Foi a concretização de um sonho de um de seus fundadores, Coriolano de Medeiros: criar uma casa onde os pensadores paraibanos poderiam expor, refletir e discutir ideias. A reunião inaugural realizou-se no gabinete do diretor da Biblioteca Pública do Estado¹, assim como as outras que se seguiram por um período de meses. Posteriormente, as plenárias foram alocadas para a residência do Cônego Mathias Freire. Após um determinado espaço de tempo, a Academia abrigou-se na casa do acadêmico Álvaro de Carvalho. Finalmente, em 1947, ocorreu a compra do velho casarão de número 25, situado à Rua Duque de Caxias, na Capital, onde se encontra até hoje.

2.5.4 Arquivo Afonso Pereira

Situado á Praça João XXIII, nº 78 - Jardim Glória, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa - PB, o Arquivo Afonso Pereira foi criado em 1998, por iniciativa da Sr^a Clemilde Torres Pereira, diretora – presidente, como homenagem á passagem dos 80 anos do Patrono e esposo, o professor Afonso Pereira da Silva. Entidade Privada, possuidora de um acervo que revela aspectos sobre a história da Educação e Cultura do estado da Paraíba, além do nascimento de várias instituições de Arte e Ciências no respectivo estado, portanto, jamais deverá tornar-se um depósito de papéis amorfos e deteriorados, mas constituir - se num centro vivo e atuante, permanente de pesquisas, com o objetivo de possibilitar aos pesquisadores, estudantes e interessados a enxergar o mundo através da pesquisa.

¹ Fundada em 1857, funcionou provisoriamente no Lyceu Paraibano até ser transferida para um prédio na Av. General Osório, onde funcionou por 92 anos. Em 1982, foi transferida para o Espaço

2.5.5 Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), foi fundado em 7 de Setembro de 1905. Trata-se da mais antiga instituição cultural em funcionamento na Paraíba. Sob a presidência de Flávio Maroja, nas duas primeiras décadas do século XX, foi a fase mais empolgante, saudosista e importante do IHGP, tornando a instituição a Casa da Memória da Paraíba. Esse título foi conquistado devido a “paraibanidade”² de seus sócios, engajados no desejo de uma eterna valorização desse lugar. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano está situado à Rua Barão do Abiaí, 64, Centro, João Pessoa-PB. Atualmente, a instituição está sobre a gestão de Joaquim Osterne Carneiro.

2.5.6 Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Localizado no centro da cidade, no Centro Cultural de São Francisco - Praça São Francisco, o arquivo foi aberto ao público no dia 27 de abril de 1992, integrando as comemorações do Centenário de criação da Diocese da Paraíba, e pode ser considerado uma referência na cidade por se encontrar em ótimas condições de acesso.

2.5.7 Ensaio Brasil

Ricardo Peixoto de Oliveira começou a se interessar pela fotografia, quando ainda era estudante de Comunicação Social, no final da década de 1980. No começo era apenas um *hobby*, juntava-se com diversos amigos, também estudantes de Comunicação Social, apaixonados por fotografia. Espalhavam-se pela cidade de João Pessoa, fotografando paisagens, monumentos, pessoas e tudo que lhes chamavam atenção. Mais tarde, em parceria com Marcos Veloso (falecido), Mano de Carvalho, Ronaldo Luiz e Francisco Fernandes, fundaram um

² Termo criado pelo próprio IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores fundamentais que trabalharemos a seguir, proporcionados pelo processo histórico particular. (OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. [S.l.] [S.d.]. Disponível em < <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/margarida/ihgpb.pdf> >. Acesso em 21 SET. 2011.

grupo chamado “Traficantes da fotografia”, projeto embrião da futura agência Ensaio, fundada em 11 de Novembro de 1994. Em 2011 passou a se denominar Ensaio Brasil. Está situada à Rua Alberto de Brito, nº 895, Jaguaribe, em João Pessoa – PB.

2.5.8 Arquivo Histórico da Paraíba

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte, patrono e idealizador da instituição, foi inaugurado no dia 2 de Junho de 1987. Waldemar Duarte tinha em seu coração o desejo de se criar um espaço reservado à preservação da história da Paraíba, por isso, teve o cuidado de resgatar documentos que contassem histórias e fatos que marcaram o tempo. Maior parte do acervo foi doado por ele. Localiza-se no subsolo, rampa 4, próximo à rampa de acesso ao Teatro Paulo Pontes, dentro das intermediações do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de informações referentes à pesquisa, o pesquisador utiliza de instrumentos de coleta de dados. Entretanto, deve – se ter critérios quanto à escolha e aplicação. A escolha desse(s) instrumento(s) não pode ser feita “a gosto” do investigador. Ela deve primeiramente se enquadrar á natureza do fenômeno a ser pesquisado, e as preocupações com o desfecho da pesquisa. Assim, os instrumentos de coleta de dados devem possuir uma correlação “íntima” com o tipo de abordagem, seja quantitativa ou qualitativa.

Porém, há instrumentos, como o questionário, que podem atuar tanto na quantitativa quanto na qualitativa. Geralmente, o questionário é um instrumento utilizado nos estudos quantitativos. Mas acontece que pode haver questões abertas, permitindo ao respondente construir a resposta com as suas próprias palavras, permitindo deste modo a liberdade de expressão, e assim coletando dados qualitativos, e as entrevistas e observações que são enquadradas em estudos qualitativos.

Diante dessa perspectiva, é muito importante escolher o instrumento que será aplicado na pesquisa, adequado à abordagem e, sempre a observar suas vantagens e desvantagens que o acarretam.

O questionário é um dos mais “festejados” instrumentos pelos pesquisadores, ou seja, é o método mais utilizado em pesquisas para a coleta de dados. Consiste em uma lista de questões formuladas pelo pesquisador a serem respondidas pelos sujeitos pesquisados. Quando o pesquisador não presencia o momento do preenchimento do questionário, acarretará uma maior cautela na elaboração das questões.

Para Laville e Dionne (1999, p.183), o questionário “consiste em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado, perguntas escolhidas em função da hipótese”. Se ele for fechado, elenca – se aos interrogados uma opção de respostas, definida a partir dos indicadores, pedindo – lhes que assinalem a que corresponde melhor a sua realidade. Mas se for aberto, as questões são uniformizadas, entretanto, não oferece opções de respostas. A imposição de escolher entre uma ou outra resposta é derrubada e o sujeito a responder as indagações tem a oportunidade exprimir sua opinião.

A grande frequência para o questionário ser muito utilizado pelos pesquisadores explica-se pelas vantagens que o instrumento oferece em relação aos outros. Além de ser um método rápido e prático, o questionário tem um custo considerado baixo em relação aos outros, e em termos estatísticos atinge uma população bem mais dispersa. O grau de liberdade e tempo de resposta é bem mais aceitável e com poucas distorções.

Porém, o instrumento é rejeitado por alguns pesquisadores. Justificam que o questionário não é suficiente para obtenção de dados necessários á pesquisa, devido ao fato que o instrumento dificulta o esclarecimento de dúvidas, tanto por parte do respondente, quanto por parte do pesquisador. Em virtude, sugerem sua aplicação junto à outra modalidade de coleta de dados.

Para a discussão e coleta de dados das instituições mantenedoras de “arquivos fotográficos”, e posteriormente a homologação da importância destas para o desenvolvimento social da capital paraibana, se fez prioridade a construção de um instrumento de pesquisa que permita o mapeamento dos acervos fotográficos, suas particularidades e correlações.

Utilizou-se para a execução da pesquisa, um questionário cujas questões foram construídas de forma organizada e lógica, evitando-as irrelevantes, insensíveis, intrusivas, desinteressantes, com uma estrutura (ou formato) demasiado confusa e complexa, ou ainda questões demasiado longas.

A tipologia do questionário escolhida para a coleta de dados foi um questionário aberto. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 206) “O questionário de perguntas abertas, também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”. Portanto, permite ao sujeito respondente construir a resposta com as suas próprias palavras, permitindo deste modo a liberdade de expressão. Além disso, possibilitou investigações mais profundas e precisas.

Portanto, o questionário foi escolhido para a realização da pesquisa pela facilidade que ele transmite no momento do mapeamento das coleções fotográficas de instituições localizadas na cidade de João Pessoa em um espaço de tempo relativamente curto.

3 O CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA COMO CAMPO DO CONHECIMENTO

A Arquivologia é um campo específico da Ciência da Informação, que tem como fenômeno de estudo documentos de arquivo, em diversos suportes ou matizes de registros, sejam físicos (papel) ou virtuais (digitais). As dimensões de alcance da Arquivologia podem concentrar-se nos princípios da racionalização do ambiente e dos procedimentos do espaço dos arquivos, cujo objetivo não somente é organizacional (aplicação de técnicas específicas), mas também cultural. Fazer do arquivo um centro de cultura, um instrumento potencializador de reflexões e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e emancipacionista local. Assim, seja como base para efetivar as funções administrativas das instituições, públicas ou privadas, uma das grandes missões da Arquivologia é propagar a ideia de que o arquivo, como centro de informação, deve perder seu sentido de “morto” e assumir sua perspectiva de unidade de ação cultural e espaço idôneo a construção de sentidos.

Nessa perspectiva, a importância da Arquivologia na era da informação assume características singulares, quais sejam:

- Formação acadêmica de profissionais para atuarem sob bases teóricas, criatividade e domínio técnico de documentos multisetorizados;
- Fomento e desenvolvimento de pesquisas, cujas dimensões teóricas e/ou empíricas incitem a reflexão sobre as técnicas, as representações ideológicas, as estruturas e os objetivos dos arquivos no cenário sócio-cultural e econômico-político das sociedades de que fazem parte;
- Contribuição à sociedade local, regional e nacional, através de tratamentos custodiais que consigam ir além da simples guarda, lançando-se como elemento de força às rearticulações entre as necessidades institucionais, a evolução cognitiva do sujeito social e o desenvolvimento local.

As articulações entre o campo, suas ações práticas e as necessidades de pesquisa fazem da Arquivologia uma disciplina que fomenta vários eixos de investigação. Assim, como se trata de um novo campo de formação acadêmica, oferecida em poucas universidades brasileiras, a Arquivologia assume grandes desafios no Estado da Paraíba, ao mesmo tempo em que se depara com possibilidades diversas para atuar e contribuir ao fortalecimento da cultura e desenvolvimento local.

Sob esse olhar, a Arquivologia vai moldando e afirmando sua função social, ao mesmo tempo em que projeta o arquivo como instituição que reflete a própria sociedade, as ações e relações em diversas esferas sociais, lugar propício a interação coletiva.

3.1 O CENÁRIO DA ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL

A Arquivologia pós-custodial surgiu na década de 1990 no Canadá. Seu objeto desloca-se do arquivo para a informação orgânica gerada na administração e por ela organizada de forma que possa ser recuperada. Seu objetivo vai além da acessibilidade; trabalha com a qualidade, clareza da informação e o processo administrativo que a gerou. Sua metodologia passa a se constituir da análise da relação entre documento e seus geradores, sendo não mais apenas o controle desses registros.

O novo paradigma emergente, ou seja, a Arquivologia pós-custodial, implica uma alteração profunda de perspectiva, sugere a análise e o estudo dos arquivos, substituindo seu enfoque de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convocando metodologias de investigação adequadas à pesquisa de um fenômeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, encarando a Arquivologia, não como uma técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação.

O desenvolver dessa nova abordagem, transformou radicalmente os propósitos pelos quais os arquivos devem ser criados. Antes, a justificativa era jurídico-administrativa voltada para o Estado. Hoje, o arquivo oferece aos cidadãos um senso de identidade, história, cultura, memória pessoal e coletiva, transbordando a noção do arquivo para além dos limites institucionais.

Cook (1997 apud FONSECA,2005,p.60),afirma que:

O pós-moderno desconfia da ideia de verdade absoluta baseada no raciocínio e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformada, apresentado, representado, simbolizado, significado por aquele que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. [...] Os pós-modernos procuram desnaturalizar o que presumimos natural. [...] O pós-modernista toma tais fenômenos “naturais” - seja o patriarcalismo, capitalismo, a religião ou, poderia eu acrescentar, a ciência arquivística tradicional- e afirmar que são “antinaturais”, ou “culturais” ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça etc.

A Arquivologia pós-custodial vem, portanto, como uma forma de renovação para arquivística de século XXI. Passou-se a investigar a “informação registrada orgânica”, estudo da obra “os fundamentos da disciplina arquivística”, como “resultados das ações e interações desenvolvidas pelas instituições desde o seu passado, presente e futuro, com vistas à utilização futura de sua memória acumulada.” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.3). A Arquivologia pós-custodial sugere então, o avanço da teoria e da prática, análise e o estudo da informação constituída no arquivo.

3.2 DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Desde seu aparecimento, a iconografia guarda em sua epistemologia, um significativo enlace cultural que parte desde a ideologia à estética, da política à sociologia, até a comunicação visual de massa, num processo rotativo e contínuo de transformação de pensamento.

Como fenômeno social e cultural, a comunicação iconográfica foi se desenvolvendo numa troca de mensagens entre passado e futuro, e este último foi capaz de decodificar os símbolos.

Paes (2007, p. 29) identifica o documento iconográfico, “como documentos em suportes sintéticos, em papel emulsionado ou não, contendo imagens estáticas. Exemplos: fotografias (diapositivos, ampliações e negativos fotográficos), desenhos e gravuras”.

A análise e descrição de um documento iconográfico são importantes para a sua reflexão histórica e artística. Por isso, é imprescindível descrever a imagem ao pormenor, identificando personagens, objetos, símbolos, lugares, tudo o que for capaz de dar informações a partir das quais possa elaborar a explicação da imagem.

Conhecer o autor e a data da realização de um documento iconográfico também faz parte do contexto. Todavia, muitas vezes é impossível identificar o seu autor num documento deste tipo e, nesse caso, dizemos que se trata de um autor anônimo relativamente à datação dos documentos deve se fazer o possível para indicar, pelo menos, o século em que este teria sido produzido.

Tornando-se alicerce representativo dos documentos iconográficos, a fotografia contribuiu de maneira indiscutível para a produção imagística de mundos também invisíveis, tornando possível outra visualidade. A observação e os estudos do iconográfico passaram a pertencer tanto ao espectador/produtor/artista, como ao cientista também.

4 ARQUIVOS ESPECIALIZADOS: DISCUTINDO A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

4.1 IMAGEM

A terminologia *imagem* é bastante difundida e possuidora de diversos significados, geralmente, sem qualquer relação uns com outros. Uma definição do termo, por mais simplória que seja, torna-se muito difícil, pois, devido às circunstâncias, não há uma que represente todas as suas funções. Além disso, o termo é empregado em diversos estudos de áreas do conhecimento distintas.

O mais comum, em grande parte dos casos, é o uso do termo como imagem correlacionada ao homem. Nas religiões judaico-cristãs é fácil observar a evocação da “imagem do homem á semelhança de Deus”. Portanto, as imagens contemporâneas não foram objetos de criação recentes, esse amadurecimento vem de muito tempo. São “descendentes” dos desenhos nas pedras, nos tempos do Paleolítico, e das iconoclastias da Antiguidade e da Idade Moderna (JOLY, 1996).

Rotineiramente, o pesquisador ao analisar uma imagem, observa o conteúdo de forma “natural”, sem nenhum enfoque, ou seja, não havendo e nem exigindo um conhecimento a mais, que o estimule a decifrar e interpretar as imagens. Entretanto, quando surgem pesquisadores capacitados para a realização de tal análise, que se aprofundam demais em imagens com signos complexos, chegam a nos pasmar e “enlouquecer”. Uma análise de imagem não pode ser precipitada dessa forma. Por mínima que seja, deve incluir um paralelismo entre a passividade de um olhar ingênuo e despretenso e os métodos e conhecimentos científicos. Ou seja, deve-se buscar uma familiaridade, o que tem de mais próximo ao homem, e não particularidades e códigos secretos e indecifráveis para o senso comum.

Na análise, o primeiro foco é definir o que será estudado, utilizar ferramentas metodológicas que visualize a mensagem secreta em uma determinada imagem como única e fixa (JOLY, 1996). Tal mensagem servirá de parâmetro permitindo ao pesquisador um aprofundamento que o habilite a fazer a análise de mensagens visuais mais completas, esmiuçando as múltiplas facetas que a imagem nos pode apresentar.

É devido a essa possibilidade de vários nuances que as imagens são compartilhadas nos estudos de diversas áreas do conhecimento científico como nas atividades psíquicas, sonhos e linguagens por imagem. Para Joly (1996, p.19), “a imagem mental corresponde á impressão que temos quando lemos ou ouvimos a descrição de um determinado lugar, e com efeitos alucinógenos, nos imaginamos como estivéssemos lá”.

Nesse sentido, o ponto comum que podemos chegar para termos uma compreensão cabível e relevante sobre as várias significações da imagem é que trata-se de representações semelhantes ao objeto, evocando características comuns enquanto reflexo dessa outra coisa.

4.2 FOTOGRAFIA

Quando falamos em imagens costumamos associá-las quase involuntariamente à fotografia. É assim porque a fotografia é um meio de se estabelecer um registro dos acontecimentos que foram considerados importantes para um dado momento histórico, ou seja, uma imagem. Como tal, os documentos fotográficos constituem-se como uma rica fonte de conhecimento do passado.

A fotografia, desde o seu surgimento no século XIX, foi largamente empregada pela sua capacidade de reter um fragmento da realidade, porém não alcançando plenamente o seu estatuto de documento, uma vez que este *status* sempre esteve voltado para os documentos textuais.

Percebida, ainda que incipiente, a importância da fotografia como documento e fonte de informação, diversas instituições públicas e privadas, afora os colecionadores particulares mantiveram e mantêm sob sua guarda coleções de fotografias. No entanto, na maioria das vezes, sem o devido tratamento que tais documentos dispensam em razão de sua especificidade.

Contudo, as coleções fotográficas têm sofrido perdas drásticas ao longo das últimas décadas. Por um lado, devido à escassez de recursos humanos e materiais nas instituições coletoras de memória (arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação) e, por outro, pela baixa visibilidade que esses conjuntos documentais apresentam em face do histórico das *Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico*, voltadas muito mais para monumentos históricos, em especial aqueles constituídos de “pedra e cal”.

Tratar esses conjuntos documentais, em especial as fotografias (devido à sua fragilidade), faz-se necessário, não apenas pelo fato de revelarem uma visão do passado, mas, sobretudo, para redirecionar as políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, orientando as políticas culturais no presente. Pavão (2004, p. 7) considera que:

[...] A preservação de uma coleção de fotografia não é uma tarefa diabólica, realizável por apenas alguns iluminados, requerendo equipamentos sofisticados, verbas astronômicas ou ajuda de peritos internacionais. Preservar uma coleção de pequena e média dimensão está ao alcance de uma pequena instituição, como um arquivo, um museu ou um município. É necessário um orientador com experiência, e uma pequena equipe de trabalho. O equipamento essencial é uma sala de arquivo e aparelhagem de climatização.

Contrário a isso, os conjuntos fotográficos, muitas vezes, são esquecidos no interior dos depósitos destinados ao armazenamento dos documentos custodiados por arquivos, bibliotecas e museus públicos, quase sempre com escassos recursos técnicos e materiais. Temos ainda que considerar a existência de importantes coleções de fotografias em poder de colecionadores particulares, que, desconhecendo a estrutura dos materiais fotográficos, promove-lhes danos irreversíveis.

Outro aspecto importante para se empreender o tratamento de coleções fotográficas, deve-se ao fato de que no Brasil, somente a partir da década de 1980, é que foram tomadas as primeiras iniciativas para se consolidar uma política institucional de tratamento das coleções fotográficas.

Dessa forma, foram empreendidas ações para se definir padrões de preservação e conservação de acervos fotográficos, tais como: a formação de técnicos e o tratamento do acervo fotográfico da Biblioteca Nacional, a criação do centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF) da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e, sobretudo a elaboração do “Manual para Catalogação de Documentos Fotográficos: (Versão Preliminar)”, desenvolvido por diversas instituições culturais, prestando-se como um aporte para a padronização de descrição de documentos fotográficos.

Para se instituir a conservação de coleções de fotografias, Pavão (2004) diz que se faz necessária a convergência das ações em oito pontos básicos, a saber: a) Observação e descrição; b) Controle do ambiente; c) Organização; d) Acondicionamento; e) Controle das condições de uso; f) Cópia de duplicação; g) Reparação de peças danificadas; h) Formação de técnicos.

Pelo exposto, entendemos que assegurar à formação de profissionais de nível superior em Arquivologia o conhecimento dos materiais, métodos e técnicas, além dos procedimentos padronizados de descrição de documentos fotográficos, poderia representar um marco tanto para a valorização destes frágeis suportes da memória – as fotografias – quanto à oportunidade para repensar uma política de acervos. Tais acervos, por suas possibilidades de leitura, amparados pelo avanço das tecnologias da informação, devem ser conservados e disponibilizados à sociedade.

4.3 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

Como sabemos a fotografia não compartilha dos mesmos elementos de forma documental presente na documentação textual. O entendimento da fotografia como documento de arquivo não é unanimidade na área. Sua ascensão a condição de documento de arquivo só é possível quando se amplia a extensão do conceito de arquivo. No dicionário brasileiro de terminologia arquivística, por exemplo, a fotografia aparece em dois contextos: o de documento fotográfico e de documento iconográfico.

Nos trabalhos de Schellenberg, principalmente, em sua obra “Arquivos modernos: princípios e práticas” escrita em 1973, a inclusão da fotografia como documento aparece em tom contraditório. Em alguns momentos o autor considera a fotografia como um documento de arquivo, porém o passar dos capítulos, o próprio vai apontando dificuldades e pretextos que o fazem não considerar a fotografia como um documento de arquivo.

A fotografia, em se tratando de uma mensagem visual, deve sim ser considerada como um documento. O seu conteúdo transmite uma fonte inesgotável de interpretações e informações quando fazemos o gesto de “olhar” uma determinada fotografia. Para muitas pessoas, ela não é um documento, as tratam apenas como um adereço ilustrativo de recordação, ou seja, o momento de cada um, o fato ocorrido registrado.

A foto não é apenas um produto ou um caminho, é também um objeto, dotado de uma autonomia estrutural: sem de nenhum modo pretender separar esse objeto de seu uso, torna – se necessário prever aqui um método particular, anterior á própria análise sociológica, e que não pode ser senão a análise imanente dessa estrutura original, que uma fotografia é. (BARTHES, 2000, p. 326)

O trabalho de leitura de imagens, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de ser desenvolvido visto que estamos lidando com as mais diversas linguagens comunicativas. Em meios de comunicação como jornais e revistas a fotografia vem sempre acompanhada e relacionada a um texto. Nesse contexto a fotografia se transforma em um imbróglio, pois não sabemos se aí há uma transformação ou uma fragmentação do real (imagem fotografada) em unidades paradoxalmente diferentes do objeto que oferece leitura.

Para evitar qualquer mal-entendido: a importância que dou á análise da materialidade do dispositivo fotográfico não provém de uma visão reducionista, mas é motivada unicamente pelo fato de que o estatuto pragmático da imagem baseia-se em uma tematização dessa materialidade como fundamento de sua especificidade. (SCHAEFFER, 1996, p. 14)

Nesse ponto de vista, é ela que estabelece critérios que permite a distinção entre a imagem fotográfica da imagem pictórica. Mas, por precaução não se deu estabelecer métodos empíricos para uma análise da materialidade da imagem, é prudente situar critérios lógicos que mantenham sua integridade comunicacional. Outrossim, as análises sugerida por Schaeffer se delimitam até o nível de sua postura semiótica.

Diante disso, nota-se a sua postura extremamente tradicional e “romântica” sobre a natureza da imagem fotográfica, tomando partido da visão analógica, resumindo sua justificativa, que a imagem fotográfica têm sua materialidade na imagem física, e portanto, surge de um discurso científico de caráter físico.

Portanto, os estatutos da foto ou da arte fotográfica são muito mais complexos do que a fotografia científica, desde que esta utilize a imagem como ponto de análise.

A utilização da fotografia como fonte de pesquisa, deve levar em consideração que a imagem impressa no papel não se confunde com a realidade. Se o pesquisador considerar que tudo que pode ser visto na foto era costume da época, pode chegar a conclusões equivocadas.

O usuário do documento fotográfico sempre o enxerga como fonte histórica. Em resumo a fotografia enfatiza também as linguagens ideográficas, sob as quais estão mescladas a unidades epistemológicas e sinaléticas. No entanto, existe um diferencial que pode ser interpretado como um signo, quando a fotografia passa pela denotação pura e simples da realidade.

5 O ESTUDO DA IMAGEM NO CONTEXTO SOCIAL

5.1 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA FOTOGRAFIA

A foto, por ser um recorte particular da realidade, representa apenas o congelamento de um momento, principalmente aquelas produzidas em estúdios, como no século XIX, quando as pessoas tinham que ficar paralisadas por muito tempo, devido ao equipamento, e se arrumar para a ocasião, porque, geralmente, era a única foto que tiravam na vida.

As imagens fotográficas possibilitaram narrativas visuais com ênfase a histórias cotidianas no dia a dia do homem, o conhecimento de lugares remotos e pessoas de outros tempos. O registro fotográfico estendeu e popularizou a função da apresentação cerimonial, no retrato a óleo, na caracterização do indivíduo que se desenvolveu nas camadas aristocratas do século XIX e início do século XX.

Grande parte da importância social da fotografia tem sua origem nos formatos mais acessíveis e populares dos equipamentos. Antigamente, os fotógrafos profissionais eram muito mais requisitados, porém a popularização de câmeras mais simples fizeram estes perderem um número muito alto de clientes para a prática amadora e familiar. Este fato acabou criando um dos modos sociais mais complexos da fotografia, especialmente em sua forte conexão com as noções de família, lazer, memória e identidade, levando artistas e teóricos culturais a estudar a área com grande volúpia e desenvolver reflexões sobre a sua prática cotidiana e sua utilização na arte. Entretanto, desde a vanguarda dos anos 20 do século passado que instantâneos descartados são transformados em matéria prima da arte fotográfica.

Ao longo do tempo, fotografia transformou-se com a tecnologia moderna, tornando a popular e sem perder a sua função. Alguns valores mudaram isso que é verdade, como a instituição familiar, que se transformou com o mundo industrial, e os novos padrões de consumo e vida social, só permaneceu a antiga necessidade de, por meio de imagens, registrar sua criação, identidade e memória.

Neste sentido, a prática desde seu início um processo fundamental de autoconhecimento e representação. Tais imagens tendem a seguir regramentos rígidos que parece consolidar e perpetuar mitos ideologias familiares dominantes como estabilidade, felicidade, coesão etc. E, quase sempre, são aceitas sem uma crítica mais apurada, porém tem grande relevância pela evidência que elas proporcionam para pessoas mais próximas de nós, como a família e os amigos.

5.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O século XXI é marcado por amplas conquistas e progresso em âmbito científico, tecnológico e produtivo. Cotidianamente, surgem novas possibilidades tecnológicas e científicas enquanto resultantes das recorrentes rupturas epistemológicas em vários campos do conhecimento, dos novos paradigmas na compreensão dos fenômenos. A produção de bens e serviços tem se expandido e multiplicado com visível celeridade, transformando as matrizes produtivas e as prestações de serviços e relações comerciais. Mas, será que todo esse progresso tem influência real na sociedade civil, no que concerne ao processo de desenvolvimento em seu sentido mais amplo? O crescimento econômico e comercial é suficiente pra atestar o desenvolvimento de determinada sociedade?

Durante muito tempo susteve-se o entendimento de que o progresso econômico se estenderia para o conjunto da população, chegando aos setores mais pobres e resultando na melhoria das condições sociais. Esta visão mostra-se hoje equivocada em seus fundamentos, pois os fatos têm indicado, muitas vezes na historia, que o caminho para o desenvolvimento parece ser mais complexo (KLIKSBURG, 1998).

Esse sentido de progresso provém de uma visão positivista que só figura desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. No entanto, os dados dos relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas indicam que a realidade funciona de modo muito diferente do que se supõe (KLIKSBURG, 1998). É vidente, e os dados têm mostrado que é importante a um país alcançar a estabilidade econômica e o equilíbrio financeiro, melhorar sua competitividade e aumentar o produto interno bruto. Todavia, como afirma Kliksberg (1998), isso não

se “derrama” automaticamente aos diversos estratos sociais. Mesmo com o progresso em tais áreas, os indicadores podem melhorar, mas também podem continuar deteriorando-se ou ficarem inalterados os setores mais pobres. Assim, o crescimento econômico pode vir acompanhado pelo desemprego, exclusão e enfraquecimento das culturas nacionais e relações sociais.

Basta ver o que ele dizia com relação á concentração de renda, que seria um requisito do capitalismo periférico e seu mimetismo cultural (pelas minorias afluentes) para que as formas de consumo dos países do centro possam ser reproduzidas em seu perfil característico no âmbito dos países da periferia (CAVALCANTI, 2002, p. 74).

É nesse cenário, desenhado com traços ainda marcantes, que estudiosos diversos têm procurado demonstrar que a riqueza, social ou individual, em si, não confere qualidade de vida e desenvolvimento em seu sentido mais amplo. Se considerarmos um país estável economicamente, não significa que seus indivíduos tenham maior expectativa de vida, educação escolar de qualidade ou saúde pública eficiente. Além disso, não expressa famílias “bem alimentadas”, garantia de segurança, nem acesso a instituições de ensino superior ou participação nas decisões de caráter público.

Demandava que “a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário (...) reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados” (CAVALCANTI, 2002, p. 75).

O Brasil é exemplo disso, pois apesar de ter conquistado status de país em acelerado desenvolvimento econômico, suas contiguidades não atestam esse crescimento, antes evidenciam a privação de direitos e liberdades de milhares de famílias alheias ao fenômeno brasileiro. Acrescente-se ainda que, apesar de ser um país democrático e incluso no que se chama sociedade moderna, utilizando as palavras de Rouanet (1993, p. 10), nesse país, a autonomia política é, “transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos”. Assim, é preciso que o desenvolvimento e a regulação democrática estejam baseados na defesa de direitos sociais universais, não só ao atendimento de carências materiais, mas que promovam a auto-emancipação dos indivíduos enquanto sujeitos sociais.

5.3 AMARTYA SEN: DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE

Amartya Sen, economista indiano, tem um papel determinante na estruturação do conceito de desenvolvimento, desde a criação, por Mahbub ul Haq, dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, em 1990. Quando ul Haq formou um grupo de estudiosos, com vista a desenvolver os paradigmas do Relatório de Desenvolvimento Humano, o mesmo, já se fundamentou nos estudos de Amartya Sen sobre liberdades individuais.

Em seus estudos, Sen (2000, p. 31) adota a visão de liberdade que “envolve tanto os processos que permitem liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, consideradas as circunstâncias pessoais e sociais”. Assim sendo, a liberdade é a base de avaliação de êxito e fracasso e um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia. Portanto, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo.

É necessário atentar ao fim que torna o desenvolvimento tão importante às liberdades individuais e propiciar a remoção das principais fontes de privação, uma vez que as liberdades elementares estão sendo negadas no mundo atual. Desse modo, desenvolvimento tem por objetivo último melhorar os tipos de vida dos seres humanos, devendo ser definido em relação àquilo que os seres humanos podem ser e devem fazer.

Assim, é imprescindível hoje dar valor aos mercados e apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que beneficiam a vida das pessoas, pois as liberdades dependem destes determinantes, mas também de outros, como serviços de educação e saúde e os direitos civis, com a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas.

Assim, diversas instituições sociais contribuem, ou podem contribuir para o desenvolvimento mediante seus efeitos sobre o aumento e manutenção das liberdades individuais. Portanto, analisar o desenvolvimento é também analisar os papéis das diferentes instituições e suas interações de modo a promover um todo integrado visando a concretização e aumento das liberdades individuais.

6 MAPEANDO E DESCREVENDO OS ACERVOS FOTOGRÁFICOS

Até que ponto “uma imagem vale mais que mil palavras?”. Partindo desta proposição, Leite (2001, p. 23) desenvolve sua metodologia de interpretação das singularidades das famílias de imigrante vindas para São Paulo, entre 1890 e 1930, registradas em coleções de fotografias pertencentes a particulares. O propósito da autora não é apenas mostrar como as fotografias registram uma memória ancestral dos familiares ali retratados, mas, sobretudo, perceber como aquelas silhuetas e contornos registrados pela lente dos fotógrafos revelam aspectos de grande relevância para a compreensão sobre os costumes de uma época, oferecendo-nos pistas para um melhor entendimento acerca do passado histórico.

A partir desse exemplo, atentemos ao que afirma Flusser (1985, p.7)

Imagens são superfícies que pretendem representar algo. Na maioria dos casos algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo. As imagens, portanto, são resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões espaço-temporais, para que se conservem apenas as dimensões do plano.

Muito se questionou sobre a contextualização da “imagem fotográfica” sob a ótica do dispositivo fotográfico. Entretanto, uma discussão que até certo ponto parece a se tornar irrelevantemente tola. Visto que, literalmente uma “imagem fotográfica” é resultado único e exclusivamente de um dispositivo fotográfico. Na plenitude prática do objeto, a imagem é fruto de uma visão.

Contudo, esse modo de visualizar a imagem fotográfica, se contradiz com a concepção de que ela é sempre um registro de um processo físico-químico. Sendo claro e objetivo, o entendimento parte do abandono da ideia da “imagem fotográfica” que sofre algumas alterações durante o processo físico-químico que a produz. O teórico Christian Metz, desde a década de 1970, acena com a concepção de que o estudo da imagem, não é obrigatoriamente, compreender o “sistema da imagem, único e total”.

Todavia, as imagens são mediações entre o homem e o mundo, isto é, o mundo não se encontra a seu alcance e a imagem vai fazer o papel de representar o mundo, diminuindo essa distância.

Assim sendo, o arquivo fotográfico constitui-se como uma rica fonte de conhecimento do passado na medida em que seus acervos “refletem” transformações, fenômenos, acontecimentos e vivências no seio da sociedade. Ao mesmo tempo em que pode constituir-se como centro de cultura, espaço potencializador de reflexões e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à emancipação do sujeito.

A partir do momento em que uma instituição social, como é o arquivo, propicia o aumento das liberdades individuais, concorre também ao avanço do processo de desenvolvimento. Sen (2000, p. 28) afirma:

Uma concepção de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas a renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele [...]. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

No entanto, o arquivo fotográfico, enquanto lugar de memória cultural e espaço propício à (re)construção de saberes, pode contribuir para avanço do desenvolvimento em seu sentido mais amplo, quando orientado a promoção das potencialidades dos sujeitos .

6.1 DESCREVENDO O ACERVO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO (NDA/UNIPÊ)

O Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ) é coordenado pela Prof^a. Maria das Graças Pereira Feitosa, que trabalha com a organização e funcionamento do arquivo há cerca de 20 anos. Assumindo em 01 de Novembro de 1991 como diretora através de portaria.

No início de sua gestão, a Prof^a Maria das Graças Pereira Feitosa pediu orientações do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ) para elaboração de uma tabela de temporalidade³, que está aguardando liberação para ser aplicada.

Atualmente, o NDA é constituído por seis colaboradores (no final de 2010 estava programada a saída de dois dos seis funcionários), cada um responsável por um determinado tipo de acervo. Quem faz o fluxo dos documentos arquivísticos do UNIPÊ (documentos pedagógicos) para o NDA é a Secretaria Geral de Ensino (SEGEN). A instituição também utiliza de outras formas de ingresso de documentos, como compra e doação.

Na instituição, a documentação possui um volume que foi calculado em aproximadamente 25 toneladas, consistindo em provas, monografias, diplomas, fotografias, documentos administrativos, históricos, pedagógicos, somando-se a objetos como troféus, placas, filmes, cartazes de cinema, etc.

³ Para Paes (2007, p.28) é um instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.

FOTO 1: Projeção de construção do Campus do UNIPÊ.



FONTE: NDA

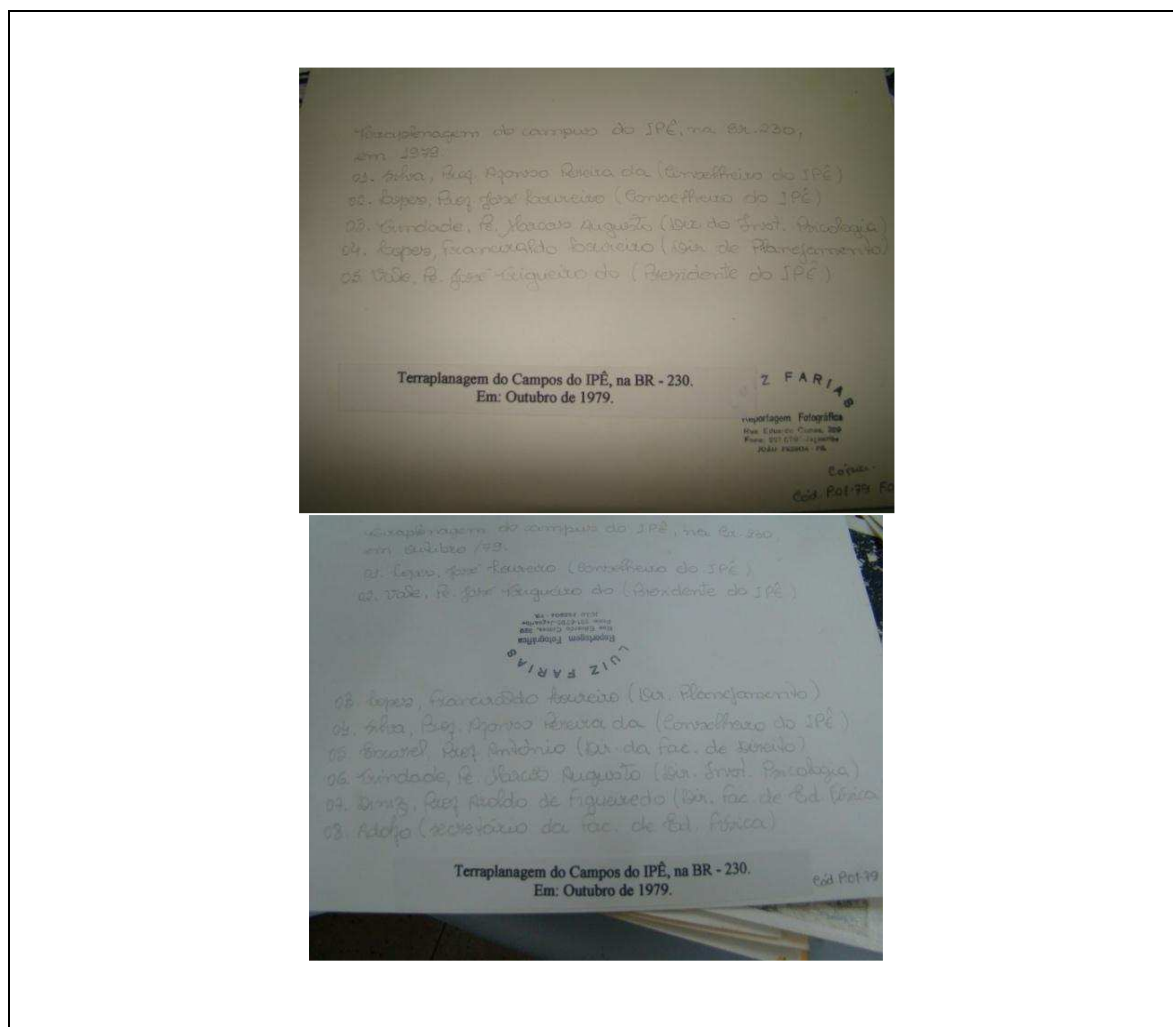
Segundo Maria das Graças Pereira, tudo se encontra plenamente catalogado⁴, classificado⁵ e ordenado⁶ cronologicamente e por assunto, como podemos visualizar na fotografia que virá adiante. A data-limite do acervo vai de 1971, início da acumulação, até 2010, época em que os dados foram coletados.

⁴ Catalogação é um conjunto convencional de informações determinadas, a partir do exame de um documento onde são extraídas as informações descritas de acordo com regras fixas para se identificar e descrever este documento.

⁵ Segundo a descrição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p. 41) a classificação é o ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo de documentos, selecionar a categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos.

⁶ Paes (2004, p. 100) exprime que ordenação é disposição dos documentos de acordo com a classificação e a codificação estabelecida.

FOTOS 2: Descrição do acervo do UNIPÊ.



FONTE: NDA

Vale ressaltar que os documentos, especificamente os fotográficos, estão todos digitalizados. Todos foram escaneados e gravados em DVD⁷, sendo feitas duas cópias, uma para guarda e outra para ficar para consulta, quando solicitado por algum usuário. Além disso, periodicamente é feito *backup*.

⁷ Digital Video Disc ou Digital Versatile Disc

A importância de se realizar esse processo de digitalização se dá pelo fato de que esse processo tem a finalidade principal de se preservar o documento analógico restringido ao máximo o seu manuseio, por muitas vezes inadequado, ou seja, reduzir os riscos de danos físicos aos documentos originais. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) faz recomendações para a digitalização de documentos, chamando atenção para que se façam cópias de segurança do material digitalizado, sendo armazenadas em locais distintos. Portanto, a realidade dos documentos já digitalizados pela instituição segue os parâmetros estabelecidos pela Arquivística.

Por outro lado, no NDA não há atendimento ao público, só quando há solicitação por parte dos usuários (alunos, funcionários ou pesquisadores), com agendamento e justificativa prévia através de e-mail (nda@unipe.br) ou telefone (83 2106-9246). Dependendo da circunstância, é permitida a reprodução de documentos para o usuário. Concomitante a isso, existe um terminal com 5 (cinco) computadores dispostos aos usuários para pesquisa, bem como um instrumento de referência, denominado “Resenha Histórica do IPÊ/UNIPÊ: 30 anos” onde todo o acervo (de 1971 à 2001) está descrito.

Quanto às condições do acervo, podemos afirmar que se encontra em ótimo estado de conservação, visto que há uma espécie de “política” interna que norteia para com a preservação dos documentos para a manutenção da memória institucional/social. As salas são todas climatizadas e os documentos estão guardados de forma correta nas caixas.

O acervo fotográfico do Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA) é riquíssimo e conta com aproximadamente 16 mil fotografias, entre analógicas e digitais. O acervo guarda fotografias de todos os momentos históricos vividos pela instituição no cenário social pessoense. Dentre as várias fotos, destacam-se as imagens da construção do campus, a primeira aula (aula inaugural), os movimentos culturais que ocorreram ao longo destes 39 anos de história, bem como outros fatos do cotidiano da instituição. Na classificação arquivística, podemos perceber as seguintes séries: a) palestras; b) refeições de grau; c) formaturas; d) obras no Campus (construção, reformas e ampliações); e) visitas de

autoridades locais e internacionais; f) cultos religiosos; g) eventos acadêmicos (seminários, fóruns, congressos), etc. Paes (2007, p.28), afirma que série documental é “a designação dada às subdivisões de um fundo, que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental”.

A história da custódia do acervo fotográfico começou quando a senhora Clemilde Torres Pereira (esposa do Prof. Afonso Pereira, um dos fundadores do UNIPÊ, pais da atual diretora do NDA) pediu a amigos e conhecidos fotos do cotidiano que se instalou ao longo da história do UNIPÊ. Durante certo tempo houve a colaboração destes, mas ultimamente as doações diminuíram até porque a instituição já conta com assessoria de comunicação que registra os eventos institucionais. No arquivo também há fotografias do acervo pessoal da família Pereira da Silva, imagens retratadas na própria instituição e de fotógrafos. Ou seja, a forma de egresso de imagens é através de doação, produção e compra.

Todas as imagens estão classificadas e catalogadas em guias e catálogos, devidamente ordenados por assunto e de forma cronológica. Entretanto, várias fotografias ainda se encontram sem identificação e, até o momento da coleta dos dados, os colaboradores internos responsáveis por fazer essa identificação estão tentando a cooperação dos setores e cursos da instituição, devolvendo alguns materiais em envelopes lacrados e protocolados⁸, para que estes façam o devido discernimento (identificação prévia).

Guia é um instrumento de pesquisa que tem por finalidade propiciar ao pesquisador uma visão de conjuntos de serviços de arquivo, de modo, a permitir o conhecimento de seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos nele existente, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático. (BELLOTTO, 2007, p. 191)

⁸ Neste caso, protocolo se refere à atribuição de número de registro ao documento.

Assim sendo, Bellotto (2007, p. 202) expõe também o conceito de catálogo como “um instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”.

O NDA, explicitando a preocupação com a segurança e preservação do acervo, digitalizou todas as fotografias analógicas, considerando que as fotografias do ano de 1972 já começam a apresentar os primeiros sinais de degradação como, por exemplo, alterações de cor. Depois de digitalizadas, as imagens são armazenadas em DVD, guardadas em outro prédio. Além disso, a instituição realiza *backups* mensais.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p.126), a preservação consiste na “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico, podendo ser adotadas até medidas como a digitalização de documentos.” Isso significa dizer que o arquivo da instituição mantém processos e métodos sistemáticos e adequados de preservação documental, buscando resolver, inclusive, a restauração de fotografias danificadas da melhor forma possível.

As fotografias sobre a construção do campus, às margens da BR 230, uma das principais da região e do país ganham destaque no acervo e são destacadas pela própria diretora do NDA quando do momento da visita. São fotos históricas e emblemáticas para entendermos não somente o surgimento e consolidação da instituição, como também suas interfaces com o cenário sócio-político e cultural daquele momento histórico, conforme demonstram algumas imagens adiante, datadas de 1979:

FOTO 3: Visita dos idealizadores ao local onde será construído o campus.



FONTE: NDA

FOTOS 4: Acompanhamento do projeto de construção *in loco*.



FONTE: NDA

FOTO 5: Chegada das máquinas da construção.



FONTE: NDA

À época de 1979, a ideia de progresso desenvolvimentista e integração econômica balizavam iniciativas governamentais que, encampadas pela Ditadura Militar, escreviam com linhas duras as perspectivas da “ordem” e do “progresso” no país. Surgiam novas e consolidavam-se indústrias já existentes, e a Paraíba acenava que estava no ritmo das mudanças, principalmente através da criação de universidades e centros de formação profissional, como é o caso do UNIPÊ.

As universidades brasileiras foram diretamente influenciadas pela Ditadura Militar. Muitas foram criadas à época, e sua estrutura mantém, ainda hoje, a estrutura pedagógica estipulada, utilizando termos como “disciplina”, “grade curricular” etc. Como centros de formação do pensamento e como verdadeiras “fábricas” de profissionais ao gosto da ditadura, as universidades implementaram a ideia de desenvolvimento ideologicamente respaldado pelo viés do controle e do poder, o que significa dizer que aquilo que estivesse além da dimensão econômica, como a liberdade e a emancipação, não alcançaria espaços de articulação.

FOTO 6: Posicionamento dos módulos arquitetônicos.



FONTE: NDA

FOTO 7: Dirigentes e equipe técnica vistoriando as obras.



FONTE: NDA

FOTO 8: Visita dos fundadores do UNIPÊ ao local da construção: a dimensão do terreno.



FONTE: NDA.

Nessa perspectiva, utilizando as palavras Rouanet (1993), podemos dizer que promover o desenvolvimento não é apenas garantir o crescimento econômico, mas é também “injetar a razão emancipatória no próprio tecido da organização social”, de modo que a autonomia dos sujeitos não se subordine à eficácia dos sistemas, mas que abranja a dimensão humana e social em suas diversas matizes.

FOTO 9: Expansão no número de trabalhadores na construção do campus (1979).



FONTE: NDA

FOTO 10: Avanço do serviço de terraplanagem (1979).



FONTE: NDA

No aspecto afetivo, a Prof^a Maria das Graças Pereira Feitosa se referia ao acervo fotográfico sobre a edificação do campus, com muito sentimentalismo. Afinal, foi uma das inúmeras instituições criadas pelo Prof. Afonso Pereira (pai da gestora do NDA). Além disso, essas fotografias pertenceram ao arquivo fotográfico da família Pereira da Silva. O cuidado com essas imagens esteve presente em todos os momentos durante a coleta de dados. Vale enfatizar que não estamos afirmando que somente esse acervo tinha “cuidados especiais” e as outras coleções fotográficas fossem relegadas a omissão.

Contudo, as histórias e os personagens que estavam retratados nas fotografias eram lembrados com tanta emoção por Maria das Graças, que a forma de como ela contou as histórias contagiou o grupo de pesquisadores presentes no referido momento. “As imagens, como densos mapas afetivos, fizeram emergir emoções diversas e construíram uma teia de emoções grupais” (DIÓGENES, 2002, p. 134). As imagens se projetavam como filamentos condutores de signos e, desse modo, mobilizadoras de uma narração sobre si, um sentimento de emoção entre os participantes e uma inusitada re-inscrição no grupo.

Assim, acionando a função mais marcante da fotografia, ou seja, o poder de “eternizar” o acontecimento, sem poupar quem a vê, de um sentimento de ausência. Keim (apud BATISTA JR., 2009) afirma “se é possível recuperar a vida passada – primeira realidade – e se temos, através da fotografia, uma nova prova de sua existência, há na imagem uma nova realidade, passada, limitada, transposta”.

Contudo, a imagem fotográfica, faz por revelar nuances e emoções que estão escondidas na memória. Também se pode descobrir e obter novas significações que naqueles momentos não estavam explícitas. A memória se premia recordando, fazendo memorável; se castiga com o esquecimento. (STRELCZENIA, 2001). Assim sendo, a fotografia tem a capacidade impulsiva de por em evidência ao mesmo tempo, o melancolismo e o esquecimento.

Portanto, o acervo fotográfico que reflete a construção do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) as margens da BR-230, têm esse paralelo. Ao mesmo tempo que as fotografias mostram, um empreendimento que tinha como principal objetivo o desenvolvimento da capital paraibana, também revela sentimentos como a recordação e a saudade, de pessoas que faziam parte daquele cotidiano instaurado na instituição.

6.2 DESCREVENDO O ACERVO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NDPEP/IFPB)

A época da pesquisa, o acervo documental do IFPB não estava reunido em apenas um arquivo, já que se encontrava em 3 (três) setores no Departamento de Recursos Humanos⁹, Coordenação de Controle Acadêmico¹⁰ e Coordenação de Memória e Arquivo¹¹. Toda a documentação encontrada nestes setores pertence ao fundo da instituição, mas o acervo fotográfico, especificadamente, encontra-se parte na Coordenação de Memória e Arquivo, no setor de Comunicação da Instituição, e no Gabinete da Reitoria. No segundo semestre de 2010, todo o acervo foi transferido para o então recém-criado Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP).

O Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP) está diretamente vinculado à Reitoria. O Núcleo oferece atendimento ao público pela manhã, das 07:00 à 13:00h de segunda a sexta, o acervo normalmente é consultado por pessoas que, atualmente, fazem parte da instituição ou que fizeram anteriormente.

Para agendar uma visita ao Núcleo o pesquisador pode entrar em contato com a instituição a qual pertence (IFPB), pela central de telefone (83) 3208-3000 ou com o setor de Coordenação de Memória e Arquivo pelo telefone (83) 3208-3026, administrado por Mardônio Lacet dos Santos Junior¹², servidor responsável pelos cuidados com o acervo documental textual e iconográfico¹³. O acervo é composto também por livros antigos voltados para a educação profissional, processos de pagamento de bolsistas (documentação trazida para o setor devido às constantes consultas), além de fotografias e pinturas de fotos.

⁹ Localizado na Casa Rosada no bairro de Jaguaribe próximo ao IFPB.

¹⁰ Localizado na Unidade Administrativa – IFPB.

¹¹ Localizado no IFPB.

¹² Formado em Biblioteconomia, graduando em Arquivologia.

¹³ Segundo a descrição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p. 68) o documentos iconográfico é uma imagem fixa, impressa, desenhada ou fotografada.

O acervo fotográfico do setor conta parte da história da instituição, vai desde o desmatamento da área, a terraplanagem para o início das obras de construção até fotografias dos dias atuais. Todo o acervo é produção da própria instituição, apenas em algumas fotos aparece o nome de fotógrafos contratados como serviço prestado para cobrir alguns eventos ou ocasiões importantes, principalmente na época em que não existia o setor de comunicação. Algumas fotos têm atrás a especificação do profissional que a realizou escrito em lápis comum ou com um adesivo. Porém, no contexto arquivístico, mesmo que seja para auxiliar na descrição, é um procedimento inadequado e pode piorar o estado de conservação das fotografias.

Infelizmente, temos que admitir que muitos estragos encontrados em documentos e coleções fotográficas vêm da manipulação inadequada por parte das pessoas que já manusearam ou manuseiam tais objetos. A falta de cuidado e informações corretas, o descaso, o uso de mobiliários e acessórios inadequados – cliques, colas, fitas adesivas, elásticos, tintas e embalagens não apropriadas – são fatores que acabam danificando e destruindo os materiais fotográficos e mostram a urgência no tratamento de preservação a ser dado a determinadas coleções. (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p.41)

Desse modo, o acervo fotográfico do NDPEP é composto por imagens produzidas a partir das atividades ocorridos ao longo do tempo de existência do IFPB, logo, as fotos são custodiadas a partir dos próprios interesses da instituição em perpetuar sua memória institucional, conforme demonstrado na foto a seguir:

FOTOS 11: Curso de estratificação e edificação: laboratório de solo e pavimentação (1971)



FONTE: NDPEP

O acervo é composto por fotos de eventos, acontecimentos, gincanas, cursos, alunos, atividades laboratoriais e coleções de convênios, diretores e professores e de outras pessoas importantes que passaram pelo instituto. A data-limite do acervo do setor é de fevereiro de 1910 aos dias atuais.

FOTO 12: I Seminário Nacional da Qualidade na Educação Tecnológica (1997)



FONTE: NDPEP

Algumas fotos encontra-se em envelopes, muito bem preservados, cada um contendo uma descrição¹⁴ sucinta sobre o conteúdo do acervo. Assim, a preservação das fotos recentes está sendo feita da forma possível, separadas por assunto. Há fotos em preto-e-branco, algumas bem conservadas e outras nem tanto (necessitando de restauração) devido a algumas rasuras. Há também fotos coloridas e bem conservadas por estarem bem protegidas em envelopes.

¹⁴ Nougaret (apud HAGEN, 1998) fala que a descrição consiste em fornecer as características físicas do documento descrito. Ela aponta os três elementos indispensáveis em qualquer descrição: a identificação do produtor (para assegurar o respeito à proveniência), a descrição das unidades documentais e a indexação (para facilitar a recuperação da informação).

FOTOS 13: Formatura e visitas ilustres



FONTE: NDPEP

Há condição de acessibilidade do público ao acervo, porém deve-se ter o cuidado no manuseio por parte dos usuários devido à fragilidade destes, conforme cita Lopes (2004, p.40): “quanto à deterioração dos manuais orgânicos [...] causada pela manipulação humana e mecânica”. É necessária também melhorias na organização e preservação¹⁵ da documentação, e a situação mais preocupante é com relação aos quadros com fotografias antigas de cursos, bem como os quadros com pinturas de pessoas importantes que passaram pela instituição: a maioria desses quadros está precisando de restauração¹⁶ devido ao desgaste do tempo. Nesse sentido, torna-se essencial a aplicação dos princípios de preservação e conservação¹⁷ porque tais elementos documentais contam a história da instituição, constituindo-se na memória viva do povo paraibano, já que conta uma parte da história local. Nos casos das fotografias mais recentes faz-se necessária a continuação da guarda adequada para que tais fotos continuem sendo preservadas.

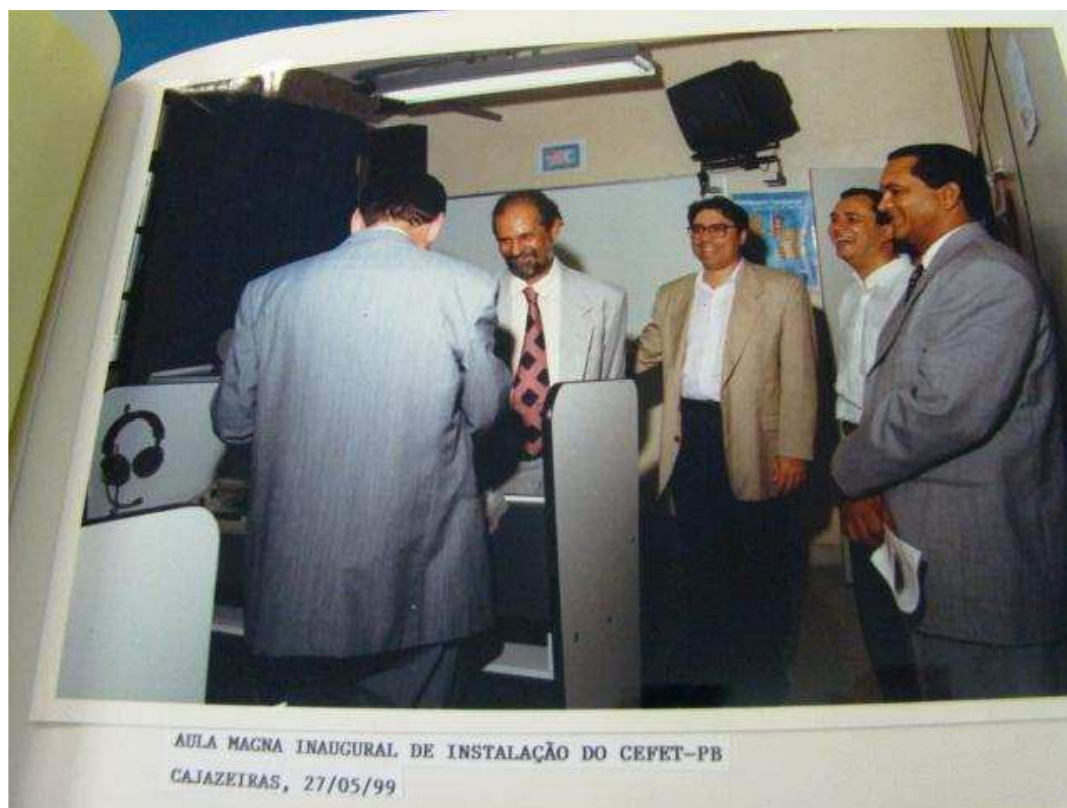
As fotos no acervo são relacionadas a vários Campi do IFPB como, por exemplo, João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, conforme ilustra a imagem a seguir:

¹⁵Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 61) a preservação é a função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos.

¹⁶ Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 67) a restauração é conjunto de procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados.

¹⁷Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 18) a conservação é conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos documentos contra agentes de deterioração.

FOTO 14: Aula inaugural do CEFET em Cajazeiras – PB (1999)



FONTE: NDPEP

Não se sabe com precisão a quantidade de fotografias existente, mesmo que algumas estejam separadas em envelopes de acordo com os eventos. No entanto, tal método utilizado para organização não é suficiente para manter uma boa sistematização, principalmente no que concerne à recuperação da fotografia desejada em um curto período de tempo, embora o arquivo conte com instrumentos de pesquisa¹⁸.

¹⁸ Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 45) instrumento de pesquisa são obras de referência, pública ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries, e peças documentais existente num arquivo [...] com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Algumas das fotografias foram produzidas pela própria instituição e outras foram produzidas por fotógrafos contratados com o fim de cobrir alguns eventos. Abaixo, podemos ver uma dessas fotos, datada de 1973, que registra o discurso do vice-presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, na abertura da I Exposição Escola-Empresa.

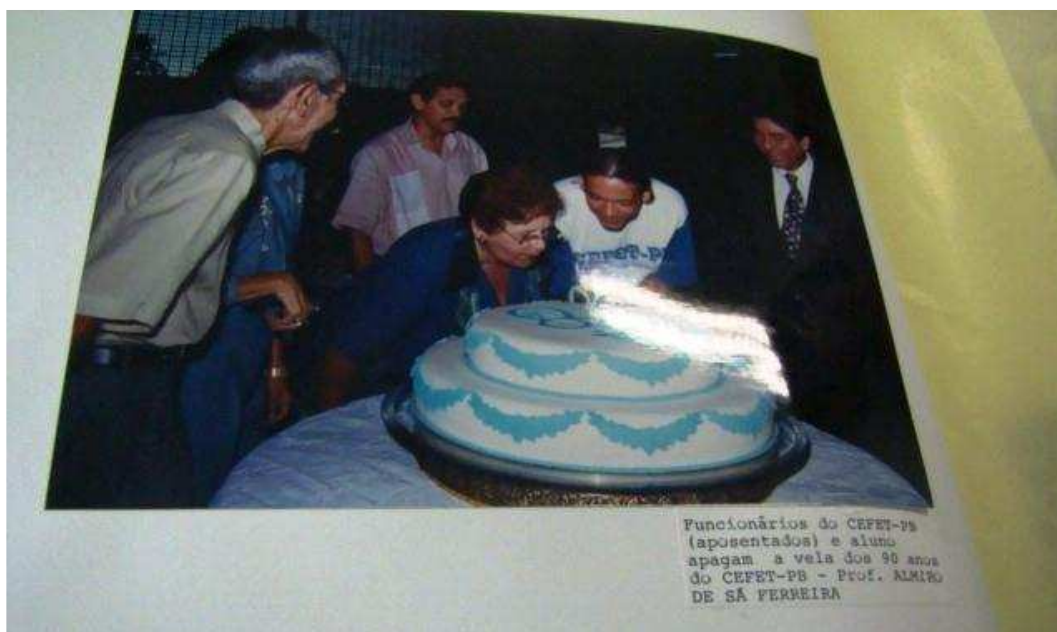
FOTO 15: Abertura da I Exposição Escola-Empresa da Paraíba (1973)



FONTE: NDPEP

No Setor de Comunicação está localizado o livro intitulado *Sinópsse Histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba (1909-1979)*, publicado no ano de 1979 em comemoração ao aniversário de 70 (setenta) anos da instituição e nele contem destacadas fotos que formam a memória da instituição.

FOTO 16: Comemoração dos 90 anos do CEFET – PB



FONTE: NDPEP

Havia um antigo costume no IFPB de se colocar as fotos dos servidores mortos num painel do tipo “sanduíche” (vidro na frente e atrás e a foto no meio). Era um tipo de memorial de servidores que passaram pela instituição, mas isso ocasionou na perda das fotografias de muitos servidores antigos (como mostram algumas das fotos tiradas das fotos agarradas nos cacos de vidro).

A instituição possui dois *softwares* para a ordenação dos documentos eletrônicos¹⁹, mas apesar desses sistemas operacionais terem sido aprovados não há uma utilização contínua e permanente. A pouca utilização do documento eletrônico ainda se dá pela antiga tradição de utilização dos documentos textuais, fisicamente manuseáveis²⁰.

¹⁹Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 27) a documentação eletrônica é documentação cujo conteúdo, registrado em suportes especiais, é acessível apenas por computador.

²⁰Segundo a descrição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 28) o documento textual é gênero documental que utiliza como linguagem básica a palavra escrita.

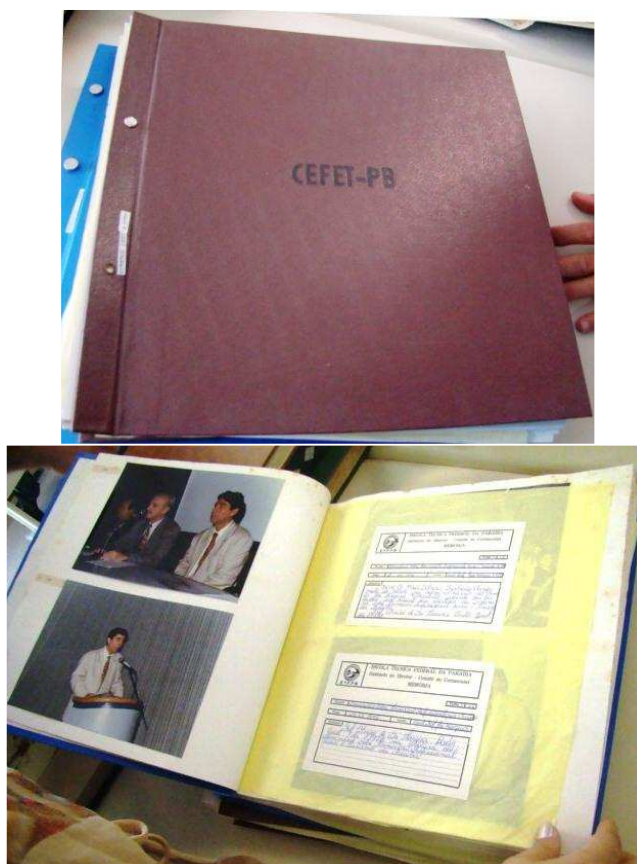
Um acontecimento que vale ressaltar ocorreu em 1999: foi montado o memorial na Casa Rosada com o acervo fotográfico da instituição, no entanto, a exposição²¹ foi abandonada o que levou a perda de muitas fotografias. A tentativa de restaurar o memorial era do interesse da instituição, mas isso só seria possível com o investimento de empresas como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal, dentre outras. Mas como nenhum apoio financeiro foi concedido ao memorial, este logo se extinguiu.

No Departamento de Recursos Humanos encontra-se grande quantidade de documentos (não se sabe a quantidade exata), referente aos servidores. No arquivamento é utilizado o método padronizado Variadex, em que a documentação é separada de acordo com as cores das caixas de poliondas, e dentro de cada caixa encontram-se as capilhas organizadas cronologicamente. No entanto, a organização dos documentos no setor é parcial.

Na Coordenação de Controle Acadêmico a massa documental chega a aproximadamente 5.000 (cinco mil) a 6.000 (seis mil) documentos, compostos por processos da instituição. Muitos dos documentos datados até 1969 foram informatizados, mas os documentos anteriores a este período não passaram ainda por esse processo.

Na segunda visita ao IFPB fomos ao gabinete da Reitoria verificar o acervo fotográfico existente. Vimos que tais documentos estão armazenados em álbuns, protegidos por um suporte de papelão, guardados em armários, conforme mostra a fotografia adiante:

²¹ A exposição é uma maneira de difusão cultural que segundo a definição do Dicionário de Ciências Sociais (1987, p.134) implica no movimento de transferência de traços característicos culturais e idéias de uma sociedade, ou grupo étnico, à outra. Inclui três tipos distintos de processos históricos por meio dos quais a cultura se propaga: difusão primária (ou dispersão cultural), difusão secundária e difusão de estímulo.

FOTOS 17: Álbum**FONTE:** NDPEP

As fotos são organizadas nos álbuns em ordem cronológica, acompanhadas de uma ficha contendo sua descrição (ano, evento, nome das pessoas que estão nas fotos). Os álbuns encontram-se organizados por eventos como, por exemplo, colação de grau, posse, eventos cívicos, aniversário da referida instituição etc. As condições de acondicionamento²² dos álbuns não são adequadas, visto que, embora a sala seja climatizada, encontram-se amontoados dentro de armários que não oferecem condições climáticas apropriadas.

²²Segundo a descrição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p. 13) acondicionamento é o ato ou efeito de embalar ou guardar documentos de forma apropriada à sua preservação e acesso.

Considerando o centenário (aniversário de cem anos de existência do IFPB), algumas fotos antigas e tidas como importantes para a memória da instituição foram digitalizadas. Lopes (2004, p.45) afirma que “digitalização é a tecnologia que toma uma fotografia eletrônica de um documento em papel e a armazena digitalmente num sistema computacional”, o que implica dizer que o IFPB procedeu com a digitalização de forma apropriada. Armazenadas em suporte digital (CD), as fotografias digitalizadas encontram-se, atualmente, no Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP). Todas as fotos analógicas passíveis de digitalização eram encaminhadas à Fundação Joaquim Nabuco (Universidade Federal de Pernambuco-UFPE), referência na realização de tal procedimento. Por causa desse evento, algumas fotos foram retiradas dos álbuns e não foram devolvidas aos lugares de origem, deixando lacunas em alguns álbuns. Assim, é comum encontrarmos um espaço vazio com a ficha de descrição ao lado.

Parte do acervo necessita de restauração devida, e alguns elementos precisam ser adaptados ao acervo como, por exemplo, a temperatura, a umidade, a proteção contra agentes biológicos (insetos e fungos). Como destaca Lopes (2004, p.39):

O ataque das espécies bibliófagas, ou seja, aquelas que comem livros e documentos, são muitas vezes estimuladas por fatores ambientais, como a umidade relativa do ar acima de 60%, a umidade absoluta do material acima de 7%, a temperatura acima de 20° C, a iluminação deficiente, o acúmulo de poeira, entre tantos outros.

Assim sendo, um fator que se deve dar atenção especial são os agentes biológicos devido à ação que estes podem ter sobre os documentos, podendo trazer sérios problemas ao papel e, inclusive, à saúde de quem manipula os documentos (profissionais, usuários etc.). Como adverte o Arquivo Nacional (1985, p.20):

Outras formas de infestação criam manchas amareladas sobre o papel ou pergaminho e muitas vezes são confundidas com a mancha de ferrugem. Enquanto esta é compacta, de cor marrom-escura, a chamada 'mancha de fungo' possui um centro mais escuro e compacto, tornando-se gradualmente mais clara em torno deste centro.

No acervo fotográfico do NDPEP, é dada muita ênfase aos eventos alocados no IFPB nesses mais de 100 anos de história. Nesse acervo, merece destaque as fotografias onde aparecem diversas personalidades políticas do estado da Paraíba, em visitas guiadas pela instituição.

Todavia, percebe-se que a velha máxima empregada ainda na Ditadura Militar de que a educação desempenha a função de “aparelho ideológico do Estado” (MATA, 2005), continua presente. No sentido de que as personalidades políticas não comparecem aos eventos acadêmicos organizados pelos centros educacionais, apenas para condecorar a importância das instituições, mas também por objetivos pessoais, ou seja, se autoprojetar visando benefícios e cargos públicos.

Merece relevância também as fotografias referentes às inaugurações dos campi localizados no interior do estado. A expansão do IFPB se iniciou em 1999, quando a instituição ainda se chamava CEFET, contemplando a cidade de Cajazeiras com um instituo educacional, voltado para o ensino técnico e superior.

Essa metodologia de expansão não é de hoje, novamente nos referindo a Ditadura Militar, período em que houve um acentuado aumento de investimentos em educação superior, que incidiu na ampliação e construção de universidades públicas, financiamentos a empresários que queriam investir/construir faculdades particulares e o desenvolvimento de centros tecnológicos já existentes, como foi o caso do IFPB.

Contudo, fazemos também uma menção aos documentos referentes aos eventos acadêmicos que ocorreram na instituição. É importante que a instituição sempre esteja promovendo eventos, tanto na perspectiva acadêmica, quanto na cultural, no sentido de que a comunidade pessoense possa conhecer a relevância do IFPB, não só para João Pessoa, mas para o estado, por ser uma “fábrica” de novos profissionais, pesquisadores, acadêmicos e acima de tudo, cidadãos comprometidos com o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural de nossa terra.

O local é ideal para a realização do projeto devido à riqueza de conteúdo que as fotos e os quadros trazem para o recém-criado NDPEP, o IFPB e o Estado da Paraíba. Apesar do esforço para com a limpeza do setor de Coordenação de Memória e Arquivo, tal processo precisa ser melhor empreendido, como também deve ser melhorada a organização do acervo. Higienização e restauro, mencionados anteriormente, precisam ser realizados a partir de procedimentos técnicos voltados especificamente para o acervo iconográfico, a fim de proporcionar uma adequação às condições e aos métodos de acondicionamento com a intenção de prolongar a vida útil do documento.

6.3 DESCRREVENDO O ACERVO DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS (APL)

O arquivo da Academia Paraibana de Letras localiza-se no próprio prédio da instituição. Alguns documentos ficam na secretaria e outros ficam alocados no espaço reservado a cada imortal dentro do prédio como, por exemplo, os documentos que se referem a Augusto dos Anjos, que ficam no espaço do Memorial que leva seu nome.

O acervo é administrado, desde Janeiro de 2011, por Rosali Cristofoli F. Nobre. Formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba, a Sr^a Rosali Cristofoli foi admitida na instituição por intermédio da nova administração da Academia. No momento, em seu início de gestão, Rosali Cristofoli ainda está fazendo um mapeamento do acervo, ou seja, tudo o que foi feito na gestão anterior e o que ainda precisa de tratamento. Percebemos que o acervo documental encontra-se, em sua maior parte, classificado e ordenado por fundos pertencente a cada imortal. Porém, as fotografias analógicas estão completamente sem tratamento, algumas já sofrendo com as ações do tempo. Apenas o acervo fotográfico digital está ordenado por fundos. Como já expressado anteriormente, a classificação e a ordenação feita ao acervo documental da APL se encontra dentro dos padrões da Arquivologia.

FOTO 18: O imortal Augusto dos Anjos



FONTE: APL

FOTO 19: O imortal Ariano Suassuna



FONTE: APL

O arquivo da Academia Paraibana de Letras conta com 3 (três) colaboradores. Cada colaborador é responsável por uma parte do acervo. A Sr^a Rosali Cristofoli fica responsável pelo acervo documental dos imortais e pela gestão completa da instituição, e quanto os outros dois colaboradores, um responde pela Biblioteca Álvaro de Carvalho e outro pelo Memorial Augusto dos Anjos. O acervo documental constitui-se de: a) fotografias, b) correspondências, c) atas de reuniões, d) documentos administrativos, e) placas, f) obras de arte, g) medalhas, h) recortes de jornais, i) livros e j) mobiliários (pertencentes aos imortais). A documentação encontra-se plenamente ordenada cronologicamente e por assunto, pois segundo Paes (2007, p. 77), o arquivamento por assunto “é mais aconselhável nos casos de grandes massas documentais e variedade de assuntos”, como é, portanto, a situação da APL. A data-limite do acervo vai de 1941, início da acumulação²³, até 2010. A documentação ainda não se encontra digitalizada, até porque não existe nenhum projeto e nem recursos para tal procedimento. A Sr^a Rosali Cristofoli confidenciou que o Estado dispõe pouco apoio e recursos financeiros para a instituição, mas espera que o novo Governo (Ricardo Coutinho) conceda mais apoio para a manutenção e preservação de uma parte da memória do Estado da Paraíba.

A instituição é aberta ao público, de segunda à sexta das 10:00 às 17:00h. Para pesquisadores faz-se preciso agendamento prévio, assim como para visita e consulta ao acervo. O contato pode ser feito através de e-mail (aplpb@aplpb.com.br) ou telefone (83 3221-8741) da instituição. Para os pesquisadores, o manuseio dos documentos é permitido, desde que este esteja em posse de luvas e máscaras para a realização do manuseio. Além disso, também possui instrumentos de pesquisa como guias e catálogos para a consulta do acervo por parte do usuário.

²³ Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p.20) acumulação é a reunião de documentos produzidos e/ou recebidos no curso das atividades de uma entidade coletiva, pessoa ou família.

Quanto às condições do acervo, podemos afirmar que se encontra em ótimo estado de conservação, visto que há uma preocupação por parte dos colaboradores sobre a preservação dos documentos e, conseqüentemente, sobre a manutenção da memória. Contudo, as salas não são climatizadas, ou seja, oferecendo riscos enormes ao acervo.

Quando se trata de manter um controle climático é necessário atender simultaneamente a esses dois fatores.

As condições ideais para a conservação dos documentos de um acervo são: baixa temperatura e umidade moderada. Porém, deve-se levar em conta o público, que exige um certo nível de conforto. Temperaturas entre 19 e 22°C e umidade relativa de 50 a 60% são números consideráveis razoáveis, que não provocam maiores desequilíbrios desfavoráveis nem para os usuários nem para os livros e documentos. É de suma importância que não ocorra grandes oscilações nos índices higrométricos e térmicos, observando-se as variações máximas de 10% na umidade e 5°C na temperatura. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1997, p.31 – 32).

Todavia, não se sabe a quantidade exata de fotografias analógicas por conta da falta de tratamento arquivístico como catalogação, descrição e ordenação que estas não receberam. Todavia, as fotografias digitais foram contabilizadas em aproximadamente 5 mil fotografias, aí sim, classificadas e ordenadas por séries documentais. A história da custódia²⁴ do acervo fotográfico começou quando os responsáveis nas gestões anteriores consultaram familiares e amigos dos imortais sobre a possibilidade de ceder fotografias sobre o cotidiano da APL. Na instituição, também há fotografias produzidas pela própria instituição, ou seja, contratam-se fotógrafos profissionais para a cobertura de um determinado evento. Portanto, a forma de egresso de imagens é através de doação e produção. No contexto da Arquivística podemos classificar as fotografias nas seguintes séries: a) posse dos imortais; b) imagem dos imortais; c) eleições; d) obras (reformas e ampliações); e) eventos culturais (exposições, fóruns, mostras) etc.

²⁴ Para o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p.62) é a responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade.

Como relatado anteriormente, as fotografias analógicas encontram-se sem identificação e, até o momento, os colaboradores responsáveis em fazer essa identificação estão tentando a cooperação com familiares e gestores anteriores para realizar essa descrição. O acesso não é permitido por falta de tratamento, e algumas fotografias já sofrem o desgaste do tempo e não há nenhuma cópia de segurança e nem políticas para tal discernimento. Já as fotografias digitais estão devidamente classificadas e ordenadas cronologicamente e por assunto. Além disso, o acesso é permitido e é feito *backups* a cada nova inserção de fotografias no acervo.

FOTO 20: Guarda dos documentos fotográficos



FONTE: APL

O acervo fotográfico da Academia Paraibana de Letras é de uma riqueza incalculável devido à importância que seus protagonistas têm para a cultura, a sociedade e o desenvolvimento intelectual da Paraíba. As primeiras imagens mostram as primeiras reuniões entre os imortais e as inúmeras reformas que ocorreram nos dois casarões que abrigam a Academia. Além disso, as fotografias também retratam todo o cotidiano e os acontecimentos ocorridos ao longo desses 70 anos de história.

Destaca - se os acervos referentes ao próprio prédio, localizado até hoje no casarão de número 25, situado à Rua Duque de Caxias, conseguinte, em 1981, o governador Tarcísio Miranda Burity, forneceu recursos para a aquisição do casarão de nº 37. Fazendo que os dois imóveis tornassem apenas um, formando assim, o atual espaço físico da APL. A fotografia abaixo mostra como era o prédio antes das restaurações ocorridas no local.

FOTO 21: Lateral da sede da APL antes da restauração



FONTE: APL

Os edifícios conjugados passaram por diversas reformas, principalmente a realizada na gestão do acadêmico, Dr. Manuel Batista de Medeiros. Durante a administração de Luiz Augusto Crispim, foi criado o Memorial Augusto dos Anjos, em 1984. Ao longo do tempo diversos gestores que passaram pela instituição, realizaram obras de restauração com o intuito de revitalizar o espaço. A última ocorreu em 2001, na administração do escritor Joacil de Britto Pereira, sendo reinaugurada na passagem do sexagésimo aniversário de fundação da instituição, em 14 de setembro de 2001.

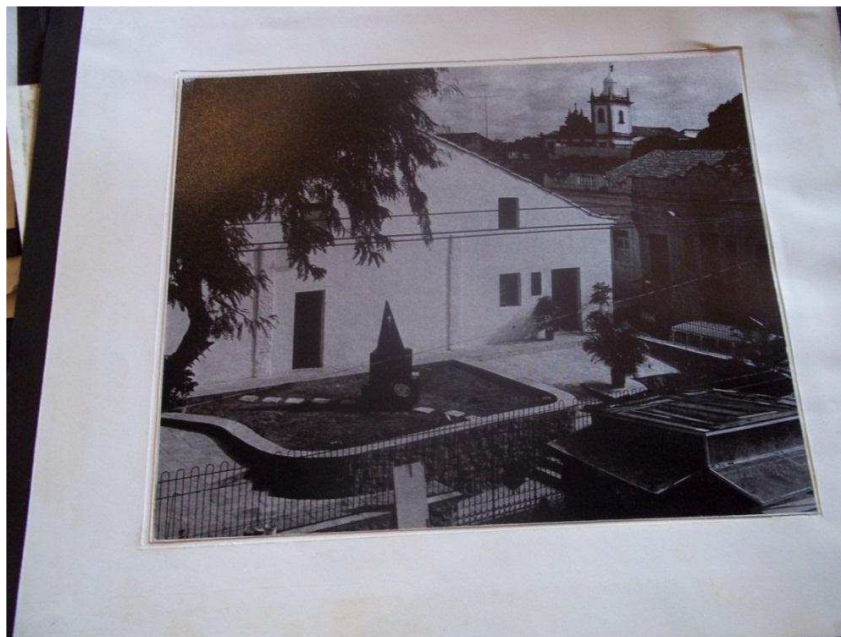
Ressaltando, portanto, a importância da instituição para a memória da sociedade paraibana, pois, a memória não existe somente no ato de lembrar do indivíduo ou algo que está contido nele. Mas também existe memória nos documentos preservados por instituições e em monumentos históricos. Estes são chamados de lugares de memória.

Entende-se por lugares de memória:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Portanto, os lugares de memória é tudo que resta e que se perpetua de outra época, e que transmitem informações de ritos e costumes passados a atual sociedade, que está se esquecendo e rompendo vínculos com as tradições, e que necessitam desses lugares de memória como “refúgio”, por não terem mais meios de memória.

FOTO 22: Pátio central da APL



FONTE: APL

Nos acervos fotográficos, encontramos também presenças notáveis de personalidades importantes, pois a APL é um ambiente, desde sua fundação, bastante frequentado pela elite paraibana. Mesmo com as iniciativas adotadas nos últimos anos de “popularizar” o lugar, viabilizando a frequência da população ao local.

Historicamente, esse elitismo vem desde os ideais de Civilização e Progresso, criado nos moldes da doutrina positivista, muito influente nos ideólogos republicanos. Buscavam-se novos heróis e novas explicações que legitimassem o regime republicano.

A tradição positivista, ainda dominante na concepção ocidental de ciência, postulava a existência de fronteiras definitivas entre os campos de saber. Isso levou como consequência ao recrudescimento das especializações. Há um lado positivo nessa tendência, que propiciou largo avanço do conhecimento por territórios particulares insuspeitados. Mas há também um lado negativo, que reside na sua fragmentação e num distanciamento cada vez maior das possibilidades de síntese.

Entretanto, não podemos atribuir aos literatas à responsabilidade de ter tornado um lugar de memória, voltado a difusão cultural e disponibilização de informações acerca do passado da cidade João Pessoa, um local dominado pela elite. Os pensadores e literários faziam o que lhes cabiam, escrever sobre a realidade de sua época.

Porém, a concepção da época tentava “criar” verdades sobre a história da Paraíba sem que as camadas inferiores fossem protagonistas dos fatos marcantes da historiografia paraibana. Ou seja, uma maneira de tornar heróis, pessoas que estão no topo da pirâmide social. Muitos dos fundadores eram filhos ou membros da elite paraibana dos séculos XIX e XX, reproduzindo assim seus gostos e interesses, legitimando suas intenções. Essas narrativas históricas personificam e idolatram a minoria elitista e “tendem a confundir a memória social com a memória do Estado, uma orientação que tem suas origens no Positivismo do século XIX” (SÁ, 2003).

Contudo, no cenário atual, a situação parece que não mudou, a elite ainda domina os bastidores políticos do Estado e a nossa cultura, constituindo a memória paraibana na perspectiva positivista, excluindo a classe desfavorecida de participar da construção historiográfica local. A fotografia abaixo mostra um momento solene ocorrido em dois em dois anos, as eleições para presidente da instituição. Como poderão ver, a elite social e política de nosso Estado prestigiando o pleito.

FOTO 23: Eleições: acadêmicos prestigiando o momento democrático (2007)



FONTE: APL

A visita à APL foi uma oportunidade de conhecer um acervo fotográfico que narra à criação de uma casa para que intelectuais pudessem refletir e solidificar suas ideias. Além disso, sua localização foi uma ação de revitalização, pois está no Centro Histórico da capital paraibana que, em meados dos anos 80, estava abandonado. É lamentável que as imagens analógicas estejam na situação em que foi encontrada, ou seja, sem descrição e algumas em processo avançado de degradação. Concomitantemente, há pouca valorização por parte das autoridades competentes, além disso, faltam políticas arquivísticas ²⁵para a difusão e conhecimento do acervo pelo público, visto que os frequentadores da instituição são principalmente a camada elitizada da sociedade paraibana e turistas da região Sudeste do país e do exterior. Todavia, é necessário o desenvolvimento de ações educativas para trazer para perto de si a comunidade para que os órgãos públicos e privados possam investir nesse local extremamente importante para a cultura paraibana.

²⁵ Jardim (2006, p.10) afirma que políticas arquivísticas “é o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada”.

6.4 DESCREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO AFONSO PEREIRA

Após o falecimento de seu patrono, em 08 de Junho de 2008, o arquivo cumpre seu papel de estudar, divulgar e preservar a memória de suas ações, devendo nortear-se pelo entrelaçamento permanente entre passado, presente e futuro, na concepção de tempo por ele idealizado, em que os tempos se entrecruzam na compreensão do presente e do futuro, a partir do entendimento de sua vida e obra.

O arquivo possui mais de 30.000 documentos de vários gêneros documentais, organizados em salas, podendo ser encontradas informações sobre as atividades realizadas pelo Profº Afonso Pereira e as instituições que se confundem com sua história. Fica sob responsabilidade de Maria Aparecida Ferreira. Maria Aparecida possui apenas o Ensino Médio Completo e recebe os visitantes quando a Srª Clemilde Torres não se encontra nas dependências da instituição. Apesar de ser uma instituição arquivística considerada modelo no estado da Paraíba, o sentido de que tudo é feito dentro das normas e parâmetros da Arquivologia, existe um déficit do profissional arquivista em suas instalações. O arquivo está assim dividido: sala A (gabinete), a sala B, sala C, sala D, sala E, a biblioteca Pereira da Silva e o auditório 27 de abril.

FOTOS 24: Álbuns de fotografia



FONTE: AAP

Em seu gabinete, é possível encontrar livros de Direito Romano, Direito Autoral e entre outras raríssimas obras, além de títulos de literatura francesa, latina e grega. Na sala B é composta por fotografias pessoais do patrono e sua família, além de fotos com autoridades. Há também diplomas, medalhas e documentos. Na sala C dispõe de documentos referentes às entidades como: Fundação Padre Ibiapina, Faculdade de Direito de Sousa, Cultura Francesa, e entre outras criadas pelo Afonso Pereira. Na sala D encontram - se informações sobre a Universidade Federal da Paraíba, Observatório Astronômico da Paraíba, além de Congressos realizados pelo patrono. Na sala E, existem documentos históricos sobre o Teatro do Estudante, a Sociedade de Cultura Musical, a Orquestra Sinfônica, o UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa, entre outros.

FOTO 25: Inauguração do Arquivo Afonso Pereira



FONTE: AAP

Na biblioteca Pereira da Silva dispõe de um acervo variado, com aproximadamente quatro mil livros. Há também uma sala com recursos de áudio e vídeo. O Arquivo Afonso Pereira também contém um auditório para realização de palestras e eventos e um Núcleo de Estudos e Pesquisas, que atualmente contém três pesquisadores, responsável pela coleta e pelo tratamento da produção documental de seu patrono. Esse Núcleo desenvolve pesquisas em parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), objetivando elaborar produtos que versem sobre idéias de seu titular.

A instituição está aberta para visitação de segunda a sábado das 14:00 às 17:00 hs. Entretanto a consulta ao arquivo só poderá ser realizada após um agendamento prévio que deve ser feito via telefone (83 3221.6046) ou Fax: (83 3228.2946). O Arquivo Afonso Pereira também possui um site (<http://arquivoafonsopereira.com/>), onde pode ser vistos entrevistas concedidas pela Sr^a Clemilde Torres a veículos de comunicação audiovisual, a história de seu Patrono, suas publicações e sua contribuição a educação, a cultura, a arte e ciência do estado da Paraíba.

O acervo fotográfico revela nuances da história da própria família como também das instituições fundadas pelo Prof. Afonso Pereira e do estado da Paraíba. São cerca de 5 mil (cinco mil) fotografias analógicas. O acervo detalha toda a trajetória do Prof. Afonso Pereira, desde sua infância. Encontra – se imagens do próprio Patrono, da família Pereira da Silva nos mais peculiares eventos familiares (aniversários, casamentos, festas, etc), cerimônias, homenagens, sobre as instituições fundadas pelo Prof. Afonso Pereira, etc.

FOTO 26: Visita as oficinas do Jornal Correio



FONTE: AAP

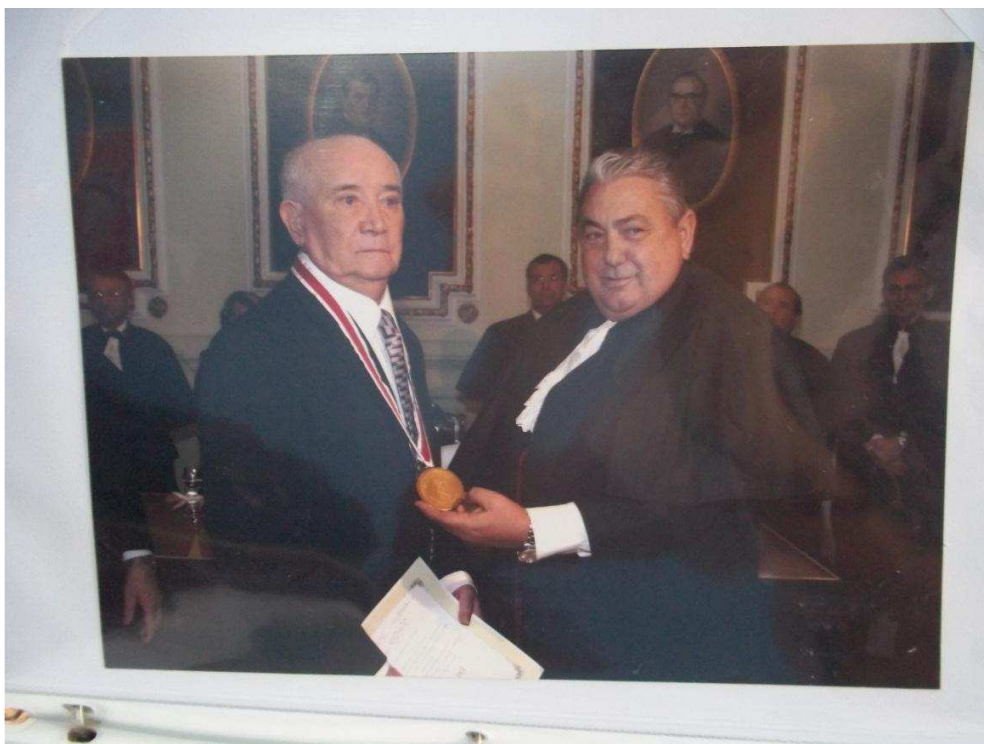
Na classificação arquivística podemos classificar o dia – dia retratado nas fotografias nas seguintes séries: a) Família, b) Cerimônias, c) Homenagens, d) Instituições, e) Eventos acadêmicos (Seminários, Fóruns, Congressos), etc. A data – limite do acervo vai desde a década de 1920, infância do Patrono da instituição, até 2007, ano dos últimos registros fotográficos do Prof. Afonso Pereira. A organização dada ao acervo fotográfico é por assunto, ou seja, cada álbum tem sua temática e contexto. Contudo, seguindo como recomenda as principais bibliografias arquivísticas, inclusive já sendo enfatizado em outro momento “é o mais aconselhável nos casos de grandes massas documentais e variedade de assuntos” (PAES, 2007, p. 77).

Entretanto, as imagens, ao contrário de outras peças do arquivo, não se encontram descritas, catalogadas e classificadas de acordo com o padrão da arquivística. Estão apenas alojadas em álbuns com a devida identificação na capa. Além disso, não se possui qualquer instrumento de pesquisa referente ao acervo de fotografias. Há alguns instrumentos referentes à documentação em geral do arquivo que foi idealizado por alunos do curso de Arquivologia, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB em cumprimento da componente curricular “Representação da Informação”, ministrada pela Prof^a Manuela Eugênio Maia no ano de 2008.

A história da custódia do acervo fotográfico começou, quando a senhora Clemilde Torres Pereira teve uma ideia em seu coração de fazer algo diferente para homenagear seu companheiro no seu 80º aniversário. Optou por criar o Arquivo em sua veneração. Desde então, reuniu todas as fotografias que se tratava do Prof. Afonso Pereira e as organizou em álbuns. A forma de egresso de imagens é através de produção.

O acervo fotográfico do Arquivo Afonso Pereira, é muito significativo à sociedade paraibana. Enfatizado, principalmente nas homenagens recebidas por Afonso Pereira, pelas realizações e atuações no Direito (como Juiz Substituto), mas principalmente como educador, observe a fotografia que está adiante.

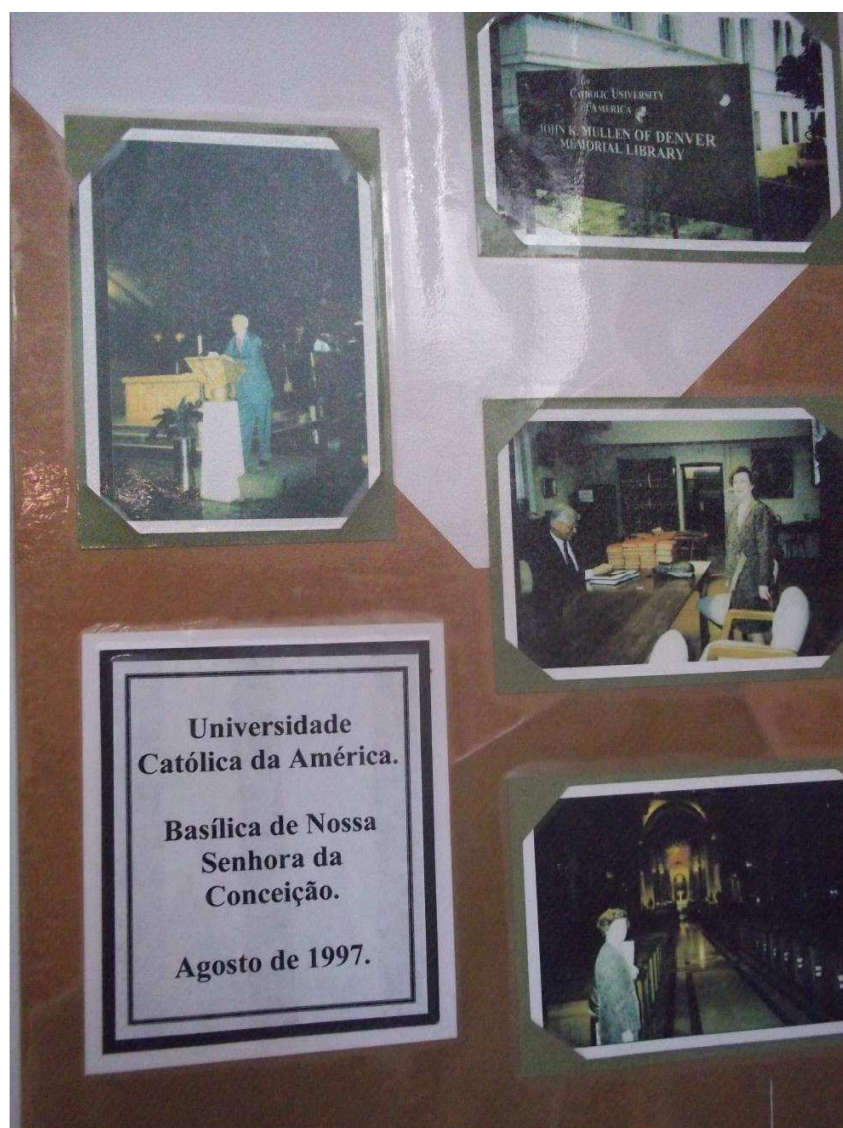
FOTO 27: Homenagens: diploma e medalha por Ordem do mérito Judiciário



FONTE: AAP

O Prof. Afonso Pereira, foi um célebre entusiasta e defensor da educação como modelo a ser adotado como metodologia de desenvolvimento. Foi inclusive convidado para ministrar aulas e palestra em alguns lugares no exterior, observe a imagem conseguinte visitando a Universidade Católica dos Estados Unidos:

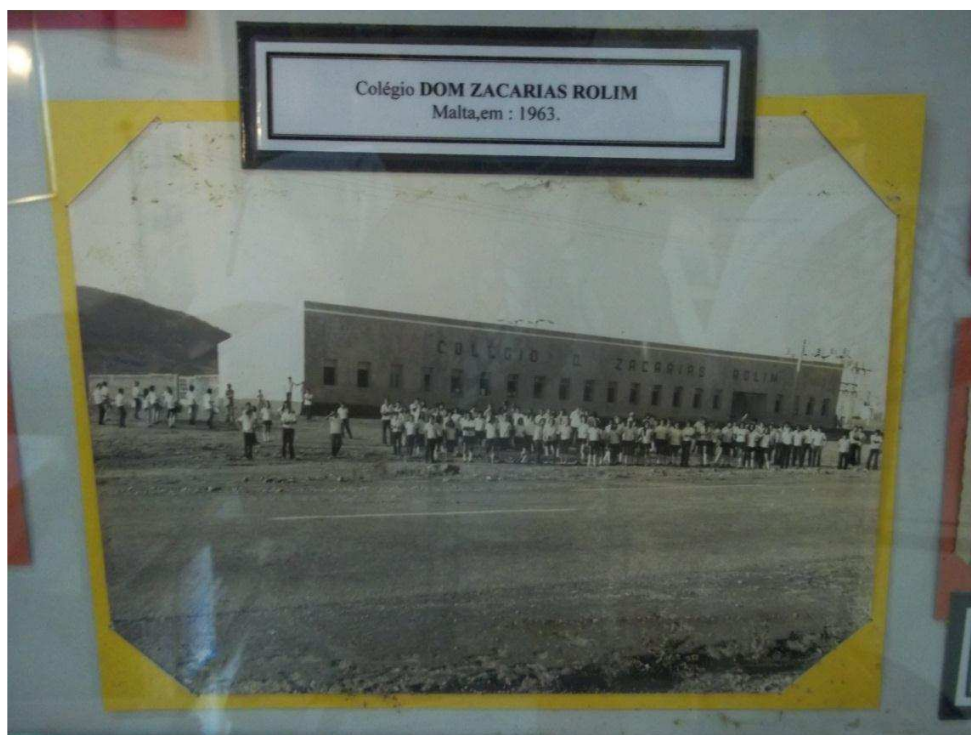
FOTO 28: Visita a Universidade Católica da América (Denver - EUA)



FONTE: AAP

Além disso, foi um empreendedor, com visão desenvolvimentista e futurista. Fundou mais de 100 instituições de ensino, entre fundamental, médio e superior, na Paraíba. Entre elas, se destacam a Fundação Pe. Ibiapina, o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Faculdade de Direito de Sousa, a Cultura Francesa, Colégio Dom Zacarias (fotografia a seguir), etc. O período histórico que ocorreram a fundação dessas instituições foi justamente a época em que o Brasil passou por diversas transformações sócio-políticas, ou seja, após a 2ª Guerra Mundial.

FOTO 29: Colégio Dom Zacarias - Malta-PB



FONTE: AAP

O Brasil Nacional-Desenvolvimentista se constituiu na sociedade brasileira por um período marcado por acontecimentos sócio-históricos que afetou os destinos de nossa nação. Durante os anos 1950, o Brasil iniciou um projeto audacioso de modernização e industrialização. O então presidente Juscelino Kubitschek, abriu e internacionalizou o mercado brasileiro, atraindo diversas multinacionais para se instalar no Brasil.

o processo de industrialização pautado sob o capital estrangeiro intensifica-se na década de 50 mais, precisamente, sob a era Juscelino Kubitschek. Noutros termos, o aporte de recursos internacionais apresenta-se como solução alternativa de desenvolvimento econômico; isto é, inaugura-se um novo modelo de industrialização. Para tanto, é necessário reformular o papel do Estado para dar curso as idéias desenvolvimentistas do governo respaldadas em seu Plano de Metas. Sem dúvida, a partir desse contexto, passa-se a admitir a idéia de planejamento. (CRUZ, 2006, p.3)

Entre os anos 1960 e 1970, já com a Ditadura Militar em vigência, o país experimentou um crescimento além das grandes potências econômicas da época, que ficou conhecido como “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”. Nesse período, dezenas de empresas multinacionais se instalaram e estabeleceram mercado por aqui e os grandes latifundiários passaram a produzir para exportação, gerando milhões de empregos pelo país. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país ampliou e modernizou sua infra-estrutura.

A educação também foi instrumento importante para esse desenvolvimento. O ensino público foi amplificado e modernizado. Além disso, novas escolas, universidades e centros de formação de técnicos foram construídos, contudo, concessão de financiamentos a empresários, com essa mentalidade desenvolvimentista, para a instalação de universidades privadas, foi assim com o UNIPÊ e diversas outras faculdades particulares pelo Brasil.

Na esteira desse processo, o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”. (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p.335)

Com esse apoio governamental, o Prof. Afonso Pereira, juntamente com a sua esposa Clemilde Torres, viajaram por todo o estado da Paraíba, como já foi dito anteriormente, fundando escolas e faculdades.

Ressaltando a importância de Afonso Pereira para o desenvolvimento da Paraíba, todavia, é importante mencionar o carinho especial que esse homem tinha com sua família, dedicando-lhes um espaço especial dentro do arquivo. Esse espaço chamado de “sala dos netos” constam fotografias, obviamente, de seus netos, mas também de suas filhas, genros e bisnetos. Veja a imagem a seguir:

FOTO 30: Espaço da família - sala dos netos



FONTE: AAP

As fotografias que remetem a esse acervo mostra cada momento familiar dos entes queridos do Prof. Afonso Pereira. Os momentos apreendidos e registrados são lembranças que serão eternizadas e preservadas para que a futura geração da família Pereira da Silva possa compreender e entender quem foram seus antepassados e o que fizeram para merecer um lugar na História do estado da Paraíba.

a fotografia ideologicamente é apresentada como o real reproduzido. Como uma cópia que tem o poder de apropriar o real referenciado pela fixidez intemporal de sua ação. Como passado em revelação para o olhar que observa, a fotografia parece realizar sua utopia de produtora da memória. (KOURY, 2008, p.162)

Nesse sentido, constrói redes de significados precisos que singularizam a rememoração pelo ato emocionado que provoca no observador e pela cumplicidade estabelecida entre aquele que observa e aquele que a foto representa.

Dubois (apud Koury 2008, p.164) ainda é categórico e diz que “a memória é feita de fotografias”. O ato fotográfico revela passagens do imaginário no real configurando uma história e uma memória pessoal e social. Portanto, é o equivalente exato da lembrança.

Assim sendo, cada família constrói uma crônica de si mesma através da fotografia, compondo uma série portátil de imagens que testemunha a sua coesão e criando uma suspensão temporal dos conflitos em sua história.

Diante disso, a funcionalidade que damos ao álbum de retratos, considerado como um bem de destaque na história e no espaço doméstico da família é expressar um conjunto de valores, normas e regras sociais, que forma uma determinada imagem exibida socialmente.

Portanto, concluiu – se que foi uma visita muito gratificante, apesar de já ter o conhecimento da instituição de outras visitas, não cansamos de admirar a história de um homem que lutou bravamente pelo desenvolvimento, cultural, educacional e estrutural do estado da Paraíba. A cada visita, nos transparece um novo conhecimento, uma nova descoberta, uma sensação de que na visita anterior esquecemo-nos de observar alguns detalhes que só enxergamos nessa nova perspectiva. Contudo, uma instituição que valoriza os arquivos, a importância histórica e da preservação daqueles documentos.

6.5 DESCREVENDO O ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO (IHGP)

O arquivo está localizado no próprio prédio da instituição. Lá se encontram relíquias, como antigos documentos referentes à Colônia, ao Império e à República, mapas primitivos, fotografias, jornais e revistas fora de circulação, livros raros e arquivos privados²⁶. Todos acomodados em estantes especiais, armários de aço, mapoteca²⁷ e hemeroteca. Vale ressaltar que todos os livros foram digitalizados e encontram-se tombados em livros próprios e listados em catálogos disponíveis aos usuários. São cerca de 30 mil publicações e 32 mil documentos, higienizados e preservados graças ao trabalho competente e dedicado de uma equipe de especialistas pertencente ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba, com quem o Instituto mantém convênio. O método de arquivamento utilizado é o alfanumérico. Paes (2007, p.94) explica que “este método trabalha com uma tabela constituída de divisões do alfabeto, previamente, planejadas a critério do profissional responsável pela sua elaboração e numeradas em ordem crescente”.

²⁶ Por existir muitas dúvidas sobre a custódia desses arquivos a Lei 8.159/1991, em seu art. 12 declara que os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

²⁷ Estamos nos referindo ao mobiliário, definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p. 114) como o móvel próprio para guarda de mapas ou quaisquer outros documentos de grande formato.

FOTO 31: Construção do prédio do IHGP (1955)



FONTE: IHGP

Para o atendimento de pesquisadores e do público em geral, o IHGP funciona de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 as 12:00h. Para pesquisadores, é preciso agendamento prévio para visita e consulta ao acervo, através de e-mail (faleconosco@ihgp.net) ou telefone (83 3222-0513). Para os pesquisadores, o manuseio dos documentos é permitido, desde que este esteja em posse de luvas e máscaras para a realização da consulta. Além disso, também possui instrumentos de pesquisa, como guias, catálogos e inventários.

Quanto às condições do acervo, encontra-se em um bom estado de conservação, visto que o IHGP preocupa-se com a questão, principalmente porque busca reafirmar-se como Casa da Memória da Paraíba. Portanto, há um esforço por parte dos colaboradores para a preservação dos documentos como manutenção da cultura e história da Paraíba.

FOTO 32: Encanamento de adução a fonte luminosa da Lagoa (1939)



FONTE: IHGP

O acervo fotográfico da instituição é bem significativo, porém, ainda não foi feita uma contagem para saber a quantidade de fotografias, entre analógicas e digitais, existentes na instituição.

As fotografias retratam o cotidiano do instituto e os acontecimentos ocorridos na cidade de João Pessoa ao longo dos seus 106 anos de história. Nos fundamentos da Arquivística, o acervo remete às seguintes séries: a) comemorações e eventos culturais promovidos pelo IHGP; e b) aspectos urbanos, como visão da cidade.

FOTO 33: Bacia do Sanhauá com a Praça Parahyba (1922)



FONTE: IHGP

A história da custódia do acervo fotográfico começou, de forma natural²⁸, por intermédio das atividades desenvolvidas, por exemplo, através de registro de festas, ou seja, contratam fotógrafos profissionais para a cobertura de um determinado evento. Portanto, a forma de egresso de imagens é através de doação e produção.

O acesso não é permitido por falta de tratamento em grande parte das fotografias, já que muitas, sequer, possuem número de tomo²⁹, tampouco catalogação e código de referência³⁰. Além disso, algumas fotografias colocadas junto a papel A4 estão com reais possibilidades de danos em decorrência da acidez e outras já sofrem o desgaste do tempo, e não há nenhuma cópia de segurança e nem políticas para tal discernimento.

²⁸ Acumulação de documentos ao longo do tempo.

²⁹ Número patrimonial que identifica unicamente cada objeto do acervo.

³⁰ De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p.51) é um código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística–ISAD(G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.

As fotografias sobre a construção do IHGP ganham mais importância principalmente porque retrata a realidade da cidade de João Pessoa nos anos 1950, em constante transformação ocasionada pelo processo de urbanização da cidade iniciado ainda na década de 1920. A urbanização foi integrante de um processo mais amplo, chamado modernização. Esta modernização proporcionou uma mudança nos hábitos alheios a transformação local.

O progresso da cidade de João Pessoa obteve dois momentos distintos: no final do século XIX, quando agregou a mentalidade desenvolvimentista, criada no fim do II Império e acarretada no início da República; e na década de 1920, quando as oligarquias começam a perder espaço para a classe média, simbolizada pelos comerciantes, profissionais liberais, estudantes e mulheres.

Um destaque importante a ser corroborado durante as transformações urbanas ocorridas em João Pessoa na década de 1920 foi o intervencionismo no ordenamento espacial urbano. Diversas praças foram construídas, foi implantado o sistema de transporte público, puxado a burros inicialmente, serviços de água encanada, energia elétrica e saneamento básico. Todavia, foi de fato um período de incremento e definição dos espaços urbanos da capital paraibana, definitivamente João Pessoa ganhou ares de metrópole regional.

Nas décadas de 1930 e 40, serviram para aprofundar esse desenvolvimento. Surgiram novos empreendimentos como o Lyceu Paraibano, o Instituto de Educação da Paraíba e a Av. Epitácio Pessoa. Além disso, adotou-se políticas de embelezamento da cidade, o Parque Solon de Lucena ganhou sua fonte luminosa nesta época, em 1939, como puderam observar na fotografia 32.

os administradores alteraram o foco da urbanização para obras pontuais, construindo novos edifícios públicos, embelezando praças, alargando e regularizando ruas e avenidas. Somente a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, com cinco quilômetros de extensão ligando o Centro expandido à praia de Tambaú, reforçava a intenção de manter o movimento de expansão da capital de oeste para leste. (COUTINHO; VIDAL, 2007, p.3)

Além disso, foi desta época, o ambicioso projeto de modernização do Porto do Capim, que depois da conclusão seria chamado de Porto Internacional do Varadouro, como podemos observar na fotografia abaixo:

FOTO 34: Construção do cais provisório (1922)



FONTE: IHGP

Entretanto, a interrupção da reconstrução do porto, e a transferência da função portuária para o município de Cabedelo, no final da década de 1920, contribuíram para o arrefecimento dessa área, tendo sido motivo de revolta e frustração em vários segmentos da população: trabalhadores portuários, comerciantes, incorporadores imobiliários, empresas de construção civil.

A década de 1950, época de construção do prédio atual do IHGP, foi crucial para o deslanche desenvolvimentista da capital paraibana, aliás, do Brasil. Juscelino Kubitschek assume a presidência da República e abre as fronteiras para o mercado internacional, além disso, investiu forte em infra-estrutura e captação de investimentos estrangeiros, tais como a vinda das multinacionais. O ápice da proposta de JK em desenvolver o Brasil a todo custo, foi o projeto audacioso da construção da nova capital federal na região central do país.

Em João Pessoa, a orla marítima, ainda não integrava o cotidiano da sociedade pessoense, era apenas um local para passagem de veraneio (SILVA, 1996). Com o intuito de povoar a região das praias, o então governador José Américo de Almeida, a partir de 1954, investiu na pavimentação da Av. Epitácio Pessoa e nas ruas da orla da capital. Contudo, em saneamento básico. Portanto, o acervo significativo ao IHGP reflete bastante ao desenvolvimento de João Pessoa, o saudosismo dos “anos dourados” circundam cada espaço daquela instituição.

É preciso ressaltar a atuação dos atuais associados que primam em remeter o nome da instituição no magistério, na magistratura, na política, proferindo conferências e palestras, lavrando pareceres, escrevendo artigos em jornais e revistas especializadas, publicando obras importantes para a historiografia. Além disso, é importante enaltecer o trabalho do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) que, por iniciativa pioneira, emprestou sua competência à organização e catalogação do acervo.

O IHGP, todavia, perfaz-se como um centro de memória de grande riqueza à cultura e à história do estado. Mas o local passou por um enorme período de esquecimento e somente nos últimos anos vem fazendo políticas de revitalização que, aos poucos, vai recuperando o espaço que jamais deveria ter sido perdido.

6.6 DESCREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba foi organizado durante o período de 1989 a 1992 – na época, o então Arcebispo Dom José Maria Pires assinou um convênio com a UFPB, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Por meio desse convênio e com o apoio de um projeto do CNPQ, pesquisadores de História e Biblioteconomia formaram uma equipe responsável pela organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, assessorados pela Prof^a. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, da USP. A equipe iniciou os trabalhos com um diagnóstico do acervo que na concepção de Paes (2007, p. 35), “sem o conhecimento dessa entidade – sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento – seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação”. A partir daí, seguiram com as etapas de desinfestação³¹ e higienização; triagem para saber o que descartar ou não; classificar e ordenar os fundos, grupos, séries e coleções; e elaborar os instrumentos de pesquisas. É administrado por Ricardo Grisi Velôso, graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba, com especialização em técnicas de arquivo. Atualmente, está cursando Arquivologia pela UFPB.

O acervo é composto de documentos textuais, cartográficos, fotográficos, impressos e outros, advindos de atividades meio e fim, dos séc. XVIII, XIX e XX, e das paróquias, desde que tenham mais de 90 anos.

Não há nenhuma política ou projeto para digitalização do acervo. Ricardo Grisi explicou que para implantar um projeto dessa magnitude, é necessário que tramite por diversos setores da Arquidiocese até ser sancionado pelo Arcebispo, até porque o Arquivo Eclesiástico da Paraíba, de acordo com o Código de Direito Canônico (Cân. 486 a 490), é subordinado ao Arcebispo e tem como responsável o Chanceler da Cúria, auxiliado por um ou mais notários.

³¹ Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p.68) processo de destruição ou inibição da atividade de insetos.

A instituição é aberta ao público, de segunda à sexta-feira, das 14:00 às 17:00h. Para pesquisadores, é preciso agendamento prévio para visita e consulta ao acervo, através de e-mail (arquivo@arquidiocese.pb.org.br) ou telefone, (83 3218-4505, Ramal 16). Para os pesquisadores, o manuseio dos documentos é permitido, desde que este esteja em posse de luvas e máscaras para a realização da consulta. Além disso, não se devem umedecer os dedos para folhear as páginas, nem escrever em papéis sobre as páginas de livros, dentre outras normas explicitadas em uma cartilha entregue pelo responsável quando o pesquisador adentra-se no arquivo. Essa precaução é compreendida, visto que o acervo possui documentos que datam mais de 150 anos.

O Arquivo consta com vários instrumentos de pesquisas: Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Inventário do Grupo Fechado do Centro de Documentação e Publicações Populares - CEDOP (1978-1992), Catálogo da Coleção de Fotografias (1905-1989), Catálogo dos Projetos Arquitetônicos (1961-1990), Catálogo do Arquivo Pastoral da Terra (1976 –1992), Catálogo da Produção Intelectual de Dom José Maria Pires (1966-1995), Catálogo do Jornal A IMPRENSA (1897-1968) e Catálogo dos Periódicos.

Em termos de espaço físico, o local atende a pesquisadores e pequenos grupos de, no máximo, 15 pessoas. As instalações são boas, o ambiente é climatizado, com ótima iluminação e a documentação está acondicionada em caixas nas estantes de aço, dentro de mapotecas e armários.

O acervo fotográfico do Arquivo Eclesiástico da Paraíba tem uma riqueza fantástica. Não se sabe o número exato de imagens porque uma parte considerável ainda não foi catalogada, mas se sabe que todas são analógicas (não possui fotografias digitais), tratadas, descritas e catalogadas, somando 729 fotografias. As fotografias são distribuídas nos seguintes fundos documentais: a) Chancelaria, b) Seminário Arquidiocesano, c) Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores, d) Tribunal Eclesiástico, e) Conselho de Assuntos Econômicos, f) Conselho de Presbíteros, e g) Conselho de Pastoral. A data-limite do acervo vai de 1905, documento fotográfico mais antigo, até 1989. Todas elas catalogadas,

por assunto e cronologicamente, e inseridas no Catálogo da Coleção de Fotografias (1905-1989).

FOTOS 35: Passeio do grupo de jovens JCC na praia de Tambaú (1948)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

A história da custódia do acervo fotográfico iniciou de forma natural, por intermédio das atividades desenvolvidas através, por exemplo, de registro de eventos, seminários, etc. Há contratação de fotógrafos profissionais para a cobertura de um determinado evento. Contudo, pessoas comuns que registram fotografias de atividades culturais e religiosas promovidas pela instituição fazem doações das mesmas, sendo a forma de inclusão de imagens através de produção e doação.

O acervo de fotografias sobre a chegada de Dom José Maria Pires a Paraíba, foi apontado por Ricardo Grisi, como o mais importante de todas as coleções fotográficas existentes no Arquivo Eclesiástico. Dom José Maria Pires, mineiro de Córregos nasceu em 1919. Foi ordenado presbítero no dia 20 de dezembro de 1941, na cidade de Diamantina (MG). Dom José foi Arcebispo da Paraíba de 1966 a 1995. Tem como lema: “A ciência da Salvação”. Atualmente, ele se encontra aposentado e vivendo em sua cidade natal.

Visualizando as fotografias, percebe-se ainda a força que a Igreja Católica tem sobre a sociedade paraibana entre a metade da década de 1960 e o início da década de 70, pois são poucas personalidades que tem a honra de serem recebidos de “braços abertos” pelo povo, como se tivesse dando a ideia, que o “salvador” tivesse chegado.

No início dos anos de 1970, nesta perspectiva, a Igreja concentra sua atuação nas áreas econômica e política, em dois focos: no modelo econômico vigente, que considera elitista e concentrador de rendas e no regime de exceção, diante do qual compromete-se a lutar para o restabelecimento da ordem democrática. [...] A eleição de João Paulo II, em 1978, muda o cenário político da Igreja em todo o mundo, particularmente na América Latina, berço da Teologia da Libertação, a partir do final dos anos de 1960. No entanto, no Brasil, a CNBB mantém sua linha de trabalho e intervém, como ator sociopolítico, diante dos problemas nacionais. (AZEVEDO, 2004, p.112-113)

Dom José Maria Pires, foi prestigiado nesse sentido, foi homenageado como um herói, inclusive desfilando em carro aberto ao lado do Governador João Agripino, como podem observar a foto abaixo:

FOTO 36: Dom José Maria Pires ao lado do Governador João Agripino em desfile de carro aberto (1966)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

A igreja teve um papel fundamental para a constituição e desenvolvimento político, administrativo e econômico das cidades brasileiras. Em João Pessoa a história se repete e as fotografias testemunham essa significativa representação espacial do sagrado, ordenando as outras unidades e equipamentos urbanos que compõem a capital paraibana os quais é possível ler em cada fotografia. Além de muito prestigiada, a Igreja Católica era a guardiã da sociedade patriarcal e religiosa praticada no Brasil colônia e império.

Para se ter ideia do poderio da Igreja no cotidiano de João Pessoa, 40 anos após sua fundação, a cidade tinha cerca de 80 casas, 3 igrejas e 3 conventos (OLIVEIRA, 1999). Alguns pesquisadores aventam o fato de Coroa Portuguesa ter usado a Igreja como a mais importante ferramenta em seus interesses em terras brasileiras. Além disso, a arquitetura pessoense foi inspirada pela Igreja, o interessante disso tudo, é que a localização das igrejas tradicionais da capital, segundo OLIVEIRA (1999, p.50):

formavam – e formam ainda – o exato desenho de uma cruz, visto que o convento franciscano se situa ao norte, no ponto que seria seu topo, a Igreja da Misericórdia ao sul, em sua base, o convento carmelita, a leste, e o beneditino, a oeste, nos pontos correspondentes às extremidades de seus braços.

Os prédios representados pelas igrejas conjugam forças da cultura local, apresentam cenas do cotidiano e estabelecem os princípios norteadores dos muitos cidadãos e do planejamento urbanístico de João Pessoa. Assim sendo, a praça, a rua, a padaria, o hotel, as lojas comerciais e as residências em destaque, estes são testemunhos imagéticos de uma ordenação espacial, seja elas tendo sido conservadas ou alterada e que permitem importantes análises comparativas da paisagem e da cultura local possibilitando planos viáveis de desenvolvimento urbano.

FOTO 37: Dom José Maria Pires na Igreja do Rosário em Jaguaribe (1966)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

No aspecto das emoções sobre o acervo fotográfico sobre Dom José Maria Pires, deu a entender que Ricardo Grisi demonstrava apego e “veneração” por essas imagens e sempre a ressaltar a importância do ex-arcebispo da Paraíba para o arquivo, pois, portanto, foi ele que autorizou a abertura do acervo documental da instituição. Além disso, por ser um grande intelectual e estudioso, incentivava a importância do espaço para pesquisas e desenvolvimento do conhecimento.

O acervo encontra-se em ótimo estado de conservação, isso porque Ricardo Grisi, demonstrou possuir conhecimento na área arquivística e, como já foi dito anteriormente, está se qualificando no campo. O ambiente é propício para a guarda/preservação, a sala é climatizada e a iluminação é boa, como recomenda Corujeira (1973, p.62):

O lugar destinado a guardar o material bibliográfico deve ser suficientemente arejado, racionalmente iluminado e os valores termo-higrométricos (umidade relativa do ar e temperatura entre 50 a 60% e 19 e 22°C). É aconselhável o uso de sistema de ar condicionado, que regula a temperatura e a umidade relativa do ambiente, remove a poeira e elimina os elementos poluentes.

Os documentos são conservados em papel japonês e armazenados em pastas suspensas. Entretanto, o acervo fotográfico ainda não passou por nenhum tratamento, e algumas já apresentam sinais de degradação do tempo. Além disso, não há cópias de segurança, considerando que todas as fotografias são originais.

A pesquisa no Arquivo Eclesiástico foi satisfatória, podendo ser constatado a preocupação da instituição com a preservação dos documentos sob sua custódia, além disso, garantindo o direito de acesso as informações, para que o usuário possa conhecer uma parte da história da cidade de João Pessoa. O usuário, contudo, encontrará um acervo muito instigante e bem organizado, raridade entre muitos dos arquivos que foram visitados para coleta de dados da pesquisa, o que implica dizer que o arquivo respeita as normas arquivísticas.

6.7 DESCREVENDO O ACERVO DA ENSAIO BRASIL

O acervo fotográfico da agência contém um número inexato de fotografias, entre analógicas e digitais. O próprio Ricardo Peixoto não tem nenhuma ideia dessa quantidade. Não é por menos, são 23 anos de profissão, confessou que existem fotografias que ele nunca retirou do local onde estão guardadas.

As fotografias são dos mais diversos fundos documentais: a) campanhas publicitárias, b) documentação, c) fotojornalismo³², d) publicações em revistas, e) ensaios artísticos, f) família, g) cotidiano, h) paisagens, i) monumentos históricos, etc. A data-limite do acervo fotográfico vai do início da carreira, 1988 até 2011. Organiza o acervo por coleções e ensaios fotográficos, ou seja, “mantendo as relações dos acervos que contém características em comum” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2004, p.52), revelando até um método curioso de lembrar os momentos de quando ele fotografou determinada coleção. Ao passo que vai mexendo nas fotos ele lembra os momentos, as situações, o contexto, o ano e o local de onde fotografou.

Ricardo Peixoto não está acostumado a receber pesquisadores interessados no acervo da agência, até porque suas fotos premiadas estão expostas em importantes mídias digitais e em publicações literárias. Entretanto, com agendamento prévio, ele pode receber na agência através de e-mail (ensaio**p**@gmail.com) ou telefone (83 8704–2019).

³² A atividade fotojornalística caracteriza-se por buscar no campo da notícia, da informação, sua essência. O fotojornalismo pode visar informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, estabelecer ou marcar pontos de vista (opinar) através da fotografia de acontecimento e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico. (SOUSA, Jorge Pedro. Uma história crítica do fotojornalismo ocidental. Chapecó; Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. P.12)

FOTO 38: Pés**FONTE:** Ensaio Brasil

Além disso, dispõe de um *blog*³³ que divulga todos os movimentos culturais que ocorrem na cidade de João Pessoa, no tempo em que as redes sociais se destacam, torna - se um importante canal de difusão cultural e um link de comunicação entre o leitor e o próprio fotógrafo (<http://agenciaensaio.blogspot.com>). O acesso ao seu material também é permitido desde que seja autorizado, embora “é bom lembrar que os originais devem ser mantidos invioláveis, e não podem sofrer abuso neste processo” (MUSTARDO; KENNEDY, 2001, p.18). Ou seja, é garantido o cumprimento do direito básico da sociedade em ter acesso à informação, mas para a segurança do próprio acervo, o acesso deve ser limitado. A forma de ingresso de fotografias no acervo é através de produção.

³³ Rede social cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou *posts*.

O armazenamento das fotografias analógicas é feito em caixas, e são muito bem preservadas, sendo algumas já digitalizadas. Entretanto, no meio arquivístico esta forma de acondicionamento está incorreta, pois o pH do papelão indica acidez e Mustardo; Kennedy (2001, p.13) alerta que:

Muitos conservadores recomendam que o acondicionamento de certos processos seja feito somente com papéis de pH neutro ou sem reserva alcalina, ao invés dos papéis com reserva alcalina. A diferença entre estes dois tipos de papéis é que os materiais com reserva alcalina têm um componente, em geral carbonato de cálcio ou de magnésio, adicionado durante sua produção, para combater a degradação por acidez das fibras do papel. Os papéis neutros não têm este aditivo. Tipicamente, têm o pH aproximado de 7.0, ou quase neutro, enquanto os papéis alcalinos variam aproximadamente de 7.5 a 8.5, na escala de pH.

As fotografias digitais estão armazenadas em DVD, HDs externos e em um computador. Não existem cópias de segurança para o acervo analógico, porém, ele ainda guarda os negativos. Já às digitais é feito, constantemente, *backup*.

Quanto às condições do acervo, podemos afirmar que está em ótimo estado, devido à consciência que Ricardo Peixoto tem da importância de se ter uma política de conservação preventiva e preservação para evitar perdas.

FOTO 39: os três**FONTE:** Ensaio Brasil

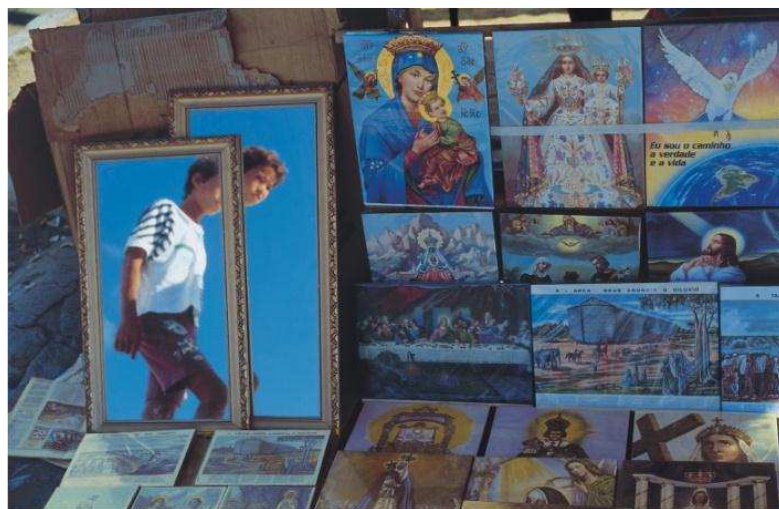
Ricardo Peixoto tem diversos projetos para o prédio onde está localizado a agência, dentre os quais uma galeria fotográfica e uma biblioteca de fotografias, além de um espaço destinado às manifestações culturais. Tudo isso será aberto ao público, e sem nenhuma restrição ou cobrança de taxa. Encerrou dizendo que a Fotografia é "patrimônio cultural" do nosso tempo, e que futuramente vai repassar as instituições arquivísticas que tratam de acervos fotográficos uma boa parte de suas fotografias.

Contudo, a discussão se a fotografia é ou não é “patrimônio cultural” depende do historiador. Canabarro (2005, p. 24) justifica que:

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem uma certa maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontínua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. [...] As imagens fotográficas são todas plausíveis à ação dos campos, das influências, das filiações, das referências, das determinações sociais e dos códigos de leitura, não estando atreladas ao determinismo tecnológico, pois, antes de tudo, são produtos sociais.

O acervo fotográfico da agência Ensaio Brasil nos permite englobar diversas analogias. É um arquivo completamente diferenciado e complexo de todos que já foram analisados até o momento, aliás, de todos que estão presentes neste documento. Diferentemente, dos outros acervos onde é retratadas personalidades da elite paraibana, monumentos históricos, construções ligadas ao desenvolvimento da cidade de João Pessoa, e conseqüentemente a cidade em si, as fotografias de Ricardo Peixoto de Oliveira retratam as pessoas que constroem essa cidade, formam seu cotidiano, ou seja, indivíduos que tornam a capital paraibana “viva”, sem se importar com classe social, cor, sexualidade, religiosidade ou sua importância dentro da sociedade paraibana, como podem ver nas imagens adiante:

FOTO 40: Espelhos



FONTE: Ensaio Brasil

FOTO 41: cabeça de lagartixa



FONTE: Ensaio Brasil

FOTO 42: cidadão do mundo**FONTE:** Ensaio Brasil

Esse contexto de anonimato e timidez, característico das pessoas fotografadas por Ricardo Peixoto, é que mais chama atenção em suas fotografias. No contexto atual de nossa sociedade, em que a violência, o agitado “corre-corre” diário, distanciam os sujeitos sociais. Peixoto demonstra que não perdeu esse sentimento de buscar está próximo às pessoas.

Nas transformações rápidas porque passa o Brasil contemporâneo, marcadamente o urbano, sentidas e vividas com muita intensidade pelos indivíduos no âmbito do espaço público, as esferas associadas às relações sociais definidas pelo mercado parecem apontar para o recolhimento cada vez maior dos sujeitos sociais em si mesmos [...] no qual as trocas afetivas se mostrariam enfraquecidas frente ao aumento da impessoalidade das relações marcadas pela crescente racionalização, tendo como produto final, um ser frequentemente angustiado diante da difícil operação de localização de si frente ao mundo social (SOUSA, 2003, p. 168).

Contudo, os seres humanos precisam estar próximos uns com os outros. A qualidade de vida em que estamos submetidos relaciona-se diretamente às transformações ambientais ocasionadas na sociedade contemporânea, e têm influência impactante na constituição psicossocial do indivíduo.

FOTO 43: Canavial



FONTE: Ensaio Brasil

Assim sendo, o comportamento das pessoas é notoriamente influenciado pelo meio em que vive. A timidez pode ser expressada como forma de submissão, como na foto acima, relacionada a conjuntura das desigualdades sociais alastradas em nosso país, que infelizmente, está transformada em uma sociedade altamente hierarquizadas. Esse sentimento de vergonha, como a maioria das emoções, se encontra mais ou menos escondida nas sociedades modernas.

É difícil entender a importância de vergonha nas sociedades modernas, porque vivemos dentro de um *ethos* altamente individualista e focado em assuntos exteriores. No interior da pessoa o pensamento e a percepção são reconhecidos, mas, dificilmente, um pensamento é dado a emoções e relacionamentos. (SCHEFF, 2011, p.75)

Por outro lado, essas atitudes de inferioridade estão mescladas a ressentimentos ocultos entre os subordinados, que podem exigir retaliação ou vingança na primeira oportunidade. Podemos depreender daí que as noções de igualdade e desigualdade permeiam muitos sentimentos, emoções e relações sociais que se mostram fundamentais na construção da imagem e identidade social do sujeito, e em casos extremos, em sua própria humanidade.

Portanto, chega-se a um consenso de que é instigante para Ricardo Peixoto trabalhar com esse tipo de fotografia, expressando e explorando os sentimentos do indivíduo, sua condição de vida e suas particularidades. Os trabalhos que o fotógrafo realiza, colocando anônimos como protagonistas, tem respaldo no cenário cultural e contribui de alguma forma com o desenvolvimento local. Suas premiações e publicações pelo Brasil colocaram a Paraíba em destaque no campo das Artes.

6.8 DESCREVENDO O ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

O acervo é constituído de documentos referentes ao período colonial (a partir de 1694), imperial (1822-1889) e republicano (entre os anos de 1889 até 1978) como, por exemplo, registros de governadores, registros históricos das principais cidades da Paraíba, registro de sesmarias, fotografias, contratos, livros de decretos – lei, termos de posse, ofícios, manuscritos do período colonial, cartas do imperador D. Pedro I, jornais publicados desde 1906 até hoje, documentos que registram a criação de instituições, bairros, demarcações indígenas do Estado e diários oficiais.

Quanto aos jornais, vale lembrar que entre os anos de 1906 á 1911, os jornais não podem ser mais disponibilizados, devido ao estado de deterioração avançada que estes se encontram. Os jornais disponíveis para pesquisa são a partir do ano de 1912. Além disso, dos jornais que estão à disposição para pesquisa, os anos de 1912 até 1963 só há uma única marca, O União. A partir de 1964 é que começa a ter outras variedades de marcas de jornal, além do O União, há o Correio da Paraíba, o Jornal da Paraíba, O Norte e entre outros. Em relação aos diários oficiais, a instituição consta desde o ano de 1950, entretanto, o arquivo só recebe depois de dois em dois anos ³⁴esses documentos.

A instituição é de responsabilidade de Arion Farias, que se encontra licenciado por motivos de saúde. Nesse sentido, quem responde pelo arquivo no momento é João Pedro. O Arquivo Histórico recebe colégios (necessário agendamento prévio) e o público em geral, com visitas orientadas. O Arquivo Histórico tem cinco funcionários que ajudam os visitantes nas pesquisas dos documentos.

³⁴ Os diários oficiais que foram publicados nos anos de 2010 e 2011, o arquivo só receberá esses documentos em 2012 e 2013, respectivamente.

O Arquivo é aberto diariamente, de segunda á sexta das 8 às 18h. Para mais informações, o usuário pode entrar em contato por telefone (83 3211-6259). Entretanto, a instituição não possui e-mail ou site, porém, algumas informações a respeito da instituição podem ser acessadas na página eletrônica da Fundação Espaço Cultural (FUNESC) (<http://funesc.com.br/cultura/>). É vinculado ao governo do Estado da Paraíba³⁵. Um detalhe importante válido aos pesquisadores, é proibido fotocopiar (xerox) da documentação do arquivo, no entanto, é permitido fotografar.

Fazendo uma análise da documentação, alguns se encontram em estado deplorável, e outros bem conservados apesar de serem bastante antigos. As capas ou pastas de papelão que guardam os jornais, também se encontram em péssimas condições. Quanto a sua guarda, os documentos se encontram armazenados em armários rolantes de aço, alguns enferrujados e precisando de manutenção em suas rolagens. A organização dos documentos é feita ano por ano e não por fundos como o arquivo necessita. O arquivo recebe doações de órgãos públicos e também de pessoas físicas.

O acervo fotográfico encontrado no Arquivo Histórico tem uma riqueza inenarrável. São 350 fotografias expostas nas paredes da instituição. As fotos são da cidade de João Pessoa (veja as imagens a seguir), personalidades importantes do Estado, fotografias da FUNESC.

³⁵ Secretaria de educação e cultura.

FOTO 44: Rua Barão da Passagem – atual Rua da Areia – (1903)



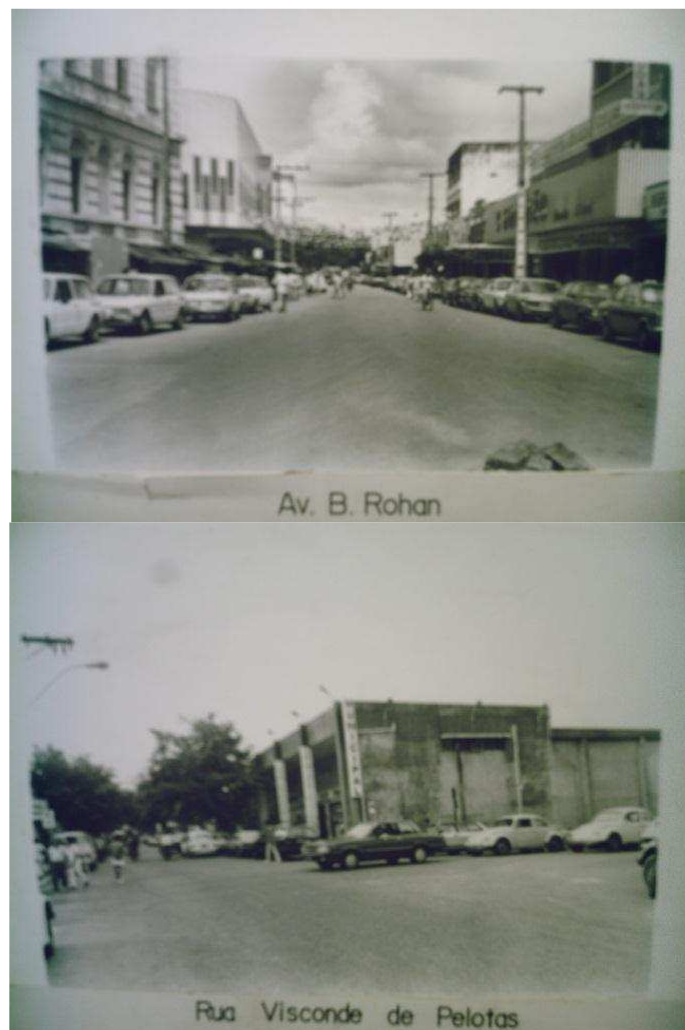
FONTE: Arquivo Histórico

FOTO 45: Praça Pedro Américo (1904)



FONTE: Arquivo Histórico

FOTOS 46: Centro de João Pessoa, respectivamente: Av. Beaurepaire Rohan e a Rua Visconde de Pelotas – Visualizando o Cine Municipal – (década de 1980)



FONTE: Arquivo Histórico

A data – limite do acervo fotográfico vai desde 1875, fotografia mais antiga, até 1990, imagem mais recente encontrada. Foram todas ingressadas no acervo através de doações do renomado fotógrafo Gilberto Stuckert. Todas as imagens estão descritas e ordenadas por método chamado cronológico.

Segundo João Pedro, as fotografias chegaram ao arquivo em 1990 quando o fotógrafo Gilberto Stuckert fez uma visita ao arquivo. O estado de conservação das fotografias é ótimo, entretanto, como não há nenhum controle ou vigília ao visitante existe uma preocupação de que este possa cometer alguma atitude de vandalismo para/com as imagens.

Além disso, não existe sequer nenhuma política para se fazer cópias de segurança, para que os originais possam ser guardadas. Contudo, não existe nenhum instrumento de pesquisa para orientar os pesquisadores ou catalogar e inventariar todas as peças.

Como já foi dito anteriormente, o acervo fotográfico do Arquivo Histórico da Paraíba foi todo constituído por doações do fotógrafo Gilberto Stuckert. As imagens representam fragmentos de momentos históricos, culturais, políticos, sociais que se refletem a todo instante.

Deste acervo, portanto, destaca-se os principais pontos da cidade de João Pessoa, desde o início do século XX até os anos 1980. Mas pergunta-se porque imagens que retratam alguns lugares de João Pessoa? A resposta é, que às vezes as imagens de um determinado ponto da cidade, podem trazer significados de outros lugares, sentidos de movimentos ou deslocamentos de coisas e pessoas, como em um roteiro ou itinerário de sentidos. Veja a foto abaixo, da estação rodoviária, e percebe-se nas entrelinhas da fotografia, que aquele espaço já teve grande significado para João Pessoa e hoje são atribuídos novos significados ao mesmo lugar.

FOTO 47: Rua da Rodoviária (década de 1980)



FONTE: Arquivo Histórico

O paradigma é o olhar do fotógrafo. Antigamente, os fotógrafos enfatizavam paisagens, conjuntos arquitetônicos, ruas e praças. Diferentemente de hoje, em que as fotografias são mais plásticas e artísticas onde as expressões, gestos humanos são amplamente valorizados pelas lentes das câmeras fotográficas.

Entretanto, uma foto que chamou bastante atenção durante a pesquisa, foi uma cuja identificação “Tropas paraibanas em Alagoas”, datada de 1930, que está logo abaixo:

FOTO 48: Tropas paraibanas em Alagoas (1930)



FONTE: Arquivo Histórico

Levando para o contexto histórico, 1930 foi um marco na historiografia nacional, com o advento da Revolução de 30. Com a eclosão desse movimento, um novo quadro político se instaura no país, com a vitória da Aliança Liberal, que sob o comando de Getúlio Vargas numa espécie de pacto político procura dar outro rumo ao país, com um projeto de desenvolvimento nacional amparado na industrialização.

As oligarquias regionais aglutinadas na Aliança Liberal, acompanhando os rumos que seguiam o país, temendo um movimento popular, vão procurar os melhores caminhos e acordos para se apoderar desse conflito. Contudo, supõe-se o movimento de trinta se apresenta teoricamente como um pacto entre as elites, com o objetivo de evitar a ascensão de um movimento de caráter popular oriundos da efervescência, que desde os anos 20 vinha crescendo e poderia derrubar as estruturas de poder das elites. No Nordeste, a revolução teve como foco inicial o estado da Paraíba.

Após o desencadeamento da Revolução de 30 no Estado, a política paraibana será marcada por constantes disputas, à fim de assegurar o poder político no Estado. Essas disputas se iniciaram, dentro da própria oligarquia que comandava o poder político no Estado desde 1915.

A cisão inter-oligárquica que então se processava, e que iria originar os dois principais partidos políticos do pós-30 na Paraíba, pode ser apresentada a partir da política administrativa de João Pessoa, reformista, legalista e difusamente populista – Esta, por sua vez, contrapunha-se aos epitacistas da velha guarda, conservadores, arbitrários e elitistas, contrariando seus interesses e culminando com a revolta de Princesa, no embate entre poder público e poder Privado (SANTANA, 2000, p. 66).

Com a morte de João Pessoa, o poder do Estado ainda permanece com o sistema oligárquico dominante, embora desgastado, de Epitácio Pessoa. Assumiu o poder o vice Álvaro de Carvalho que também fazia parte da linha conservadora e tradicional dessa oligarquia e não era adepto ao movimento armado. Com o fervor da revolução, além disso, com a oligarquia “rachada”, as disputas pelo poder se acirram. Essas disputas se originaram dos grupos políticos que lutaram ainda juntos na guerra de Princesa e na Aliança Liberal. Agora divididos, eles vão se confrontar constantemente pelo poder político do Estado.

A insurreição teve início na capital paraibana na madrugada do dia 4 de outubro de 1930. Os revolucionários atacaram o 22º Batalhão de Caçadores³⁶. Em seguida, unidades militares do interior da Paraíba. Em Recife, o movimento encontrou uma resistência maior por parte das forças legalistas. A vitória dos revolucionários, porém, foi garantida pelo apoio popular à insurreição, tendo ocorrido, inclusive, distribuição de armas aos populares. Já na manhã do dia 5 de outubro, o movimento havia triunfado em Pernambuco, antes mesmo que os reforços provenientes da Paraíba chegassem a Recife.

Em seguida, as tropas revolucionárias seguiram para Alagoas, onde o governo local foi deposto. O obstáculo maior à vitória da revolução no Nordeste foi o estado da Bahia, onde as forças militares fiéis ao governo de Washington Luís montaram o seu quartel-general.

A Revolução não estourou com intuito de uma nova classe social, nem pela classe média urbana, tampouco pela burguesia industrial. Era um fato isolado entre as oligarquias. Contudo, não houveram grandes rupturas, porém, o poder oligárquico dos Estados perdeu terreno e nasceu um novo Estado, centralizado, com atuação econômica voltada para promover a industrialização e com objetivos sociais.

A Revolução de 30, congregando descontentamentos e se levantando contra o extremo autoritarismo de Washington Luís, foi uma revolução em nome da ordem, em lugar do povo, ou como disse Antônio Carlos: "Uma revolução antes que o povo fizesse". Para o político mineiro, revolta e reforma seriam aceitáveis desde que não se perdesse o domínio sobre as massas nem se alterassem os alicerces da estrutura social. (SOUZA, 1999, p.353)

³⁶ Atual 15º Batalhão de Infantaria Motorizado, localizado no bairro de Cruz das Armas.

Portanto, o rico acervo fotográfico do Arquivo Histórico merece destaque, pois, são imagens de igrejas, da estação rodoviária, praças, estabelecimentos comerciais, automóveis, pedestres, solenidades, do centro da cidade, e de lugares que hoje não existem mais, como o caso de um trecho da Rua Visconde de Pelotas³⁷, a fotografia adiante, que proporcionam ao pesquisador/usuário uma rica e infindável retrospectiva de um tempo maquiado pelas transformações, porém vivenciado por gerações e gerações e inevitavelmente perenizado na memória de cada um.

FOTO 49: Trecho da Rua Visconde de Pelotas – hoje demolido – (1940)



FONTE: Arquivo Histórico

Contudo, é necessário que se haja políticas efetivas para a conservação e preservação do acervo que se encontra no Arquivo Histórico, se não houver uma consciência por parte da sociedade, principalmente, dos políticos que governam nosso estado da importância do acervo documental da instituição, o nosso povo, nossa cultura, nossa história ficará perdida nos enlaces do tempo para sempre.

³⁷ Foi demolido em virtude do intenso processo de urbanização que a cidade passou a partir dos anos 1920.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a imagem não será um mero elemento da descrição, mas assumirá uma relevância destacada por seus pressupostos técnicos. Assim sendo, a análise deve partir de uma definição específica da produção da imagem, ou seja, seu estatuto de impressões. A imagem, sendo signo, ou símbolo da representação visual, é o recorte da realidade.

O filósofo Heidegger atribuiu quatro acepções do termo imagem que correspondem as suas diferentes funções:

- A imagem como vista, se manifesta como dado;
- A imagem como decalque, reproduz um ente seja ele presente ou ausente;
- A imagem como modelo, projeta um ente a ser criado;
- E por fim, a imagem como vista geral, como função hermenêutica, sem que seja especificado o estatuto do que é submetido a imagem. O filósofo ainda acrescenta que a intuição empírica é o modo mais divulgado para obtenção de uma vista. Entretanto, é possível obter essa vista no modo decalque, quando esta reproduz um ente, tal como vemos na imagem fotográfica.

O decalque, a imagem se manifesta bipolarmente: como total, se manifesta como tal; como especificidade, se manifesta como uma simples reprodução. Para sintetizar e encerrar a discussão, Heidegger (apud SCHAEFFER, 1996, p.24) diz que “toda imagem que tem o caráter de reprodução, por exemplo, uma fotografia, não passa de uma cópia do que se manifesta imediatamente como imagem”.

Diante disso, as fotografias são documentos e fonte de informação que precisam ser preservados e disponibilizados à sociedade. Assim sendo, os arquivos fotográficos são de suma importância às entidades públicas ou privadas, uma vez que atestam sua história, ao mesmo tempo em que representam fatos e fenômenos da sociedade na qual está inserida.

As imagens aqui analisadas permitiram aos cenários e situações por elas representados perpetuar não somente sua existência, como registrar realidades múltiplas no contexto social em que estão inseridas.

Porém, não se buscou aplicar uma nova metodologia ou questionar as já existentes e consagradas formas de análises de imagens, é apenas a exposição de uma ideia de Jean-Marie Schaeffer para uma discussão futura, e quem sabe formalizar um direcionamento para a constituição de uma teoria da imagem fotográfica. Fez-se necessário utilizar um *arché* da fotografia no pragmatismo descritivo da imagem.

Os arquivos fotográficos do Núcleo de Documentação e Arquivo (NDA/UNIPÊ), do Núcleo de Documentação e Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB), da Academia Paraibana de Letras (APL), do Arquivo Afonso Pereira, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, da Ensaio Brasil e do Arquivo Histórico da Paraíba reúnem acervos fotográficos ricos e significativos, com imagens que representam a memória da sociedade paraibana, implicando várias leituras e estudos. Tais acervos são úteis a pesquisadores, estudantes e à sociedade.

Esse estudo corrobora o quanto as imagens fotográficas nos oferecem possibilidades de leitura sobre a história da Paraíba. Daí a necessidade de conhecermos tais acervos, visto que as imagens refletem determinado contexto histórico, sendo necessário atentar para a necessidade de sua conservação, recuperação e utilização pelos mais diferenciados públicos.

A fotografia é, portanto, um valioso instrumento de pesquisa, pois sugere diversas interpretações, dispendo de uma gama de potencialidades que precisam ser deslindadas. Para isso, é preciso conhecer, organizar e preservar tais acervos mediante as técnicas arquivísticas e profissionais qualificadas.

Foi considerando essa necessidade e a importância desses documentos que nos lançamos na pesquisa. Com os resultados obtidos, percebemos a necessidade de dar continuidade ao estudo, realizando levantamento, inventariando documentos imagéticos e lançando nosso olhar sobre tantos outros acervos custodiados por entidades diversas em João Pessoa.

Nesse empreendimento, a Arquivologia vai afirmando sua função social, pois projeta o arquivo como instituição que reflete a própria sociedade, as ações e relações em suas diversas esferas. Além disso, fundamentada no entendimento de que o uso estratégico da informação de arquivo contribui para o desenvolvimento humano e social em suas diversas matizes, envereda também no desenvolvimento de mecanismos voltados a ações educativas e culturais, de modo a promover o desenvolvimento local.

Contudo, o desenvolvimento local poderia corresponder, em âmbitos mais restritos, mais circunscritos, à noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, vale dizer, à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. Entretanto, essa visão nos aproxima muito do alvo, mas não é, ainda, suficiente. Faltam-lhe algumas dimensões decisivas. A primeira é que o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; a segunda é que ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural.

Com essa afirmativa, nos perguntamos, teria o desenvolvimento local o condão de ultrapassar os limites de gestão do Estado? A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor nos parece mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é desenvolvimento local já é um indicativo suficientemente forte. O desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito.

Acima de tudo, o desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não-estatal, essa confusão semântica proposital bresseriana. As consequências dos problemas urbanos mal resolvidos, porque são resolvidos apenas pela ótica das classes dominantes e das classes consumidoras, de que o trânsito é um dos piores e melhores, termina sempre na produção de cidades fascistas, arianizadas, que é preciso revitalizar, renascer, porque estão deterioradas. Os pesados deslocamentos de centralidade na vasta metrópole cobram pesados tributos sociais.

Concluindo, a hipótese que apresentamos cuja qual, afirma a contribuição das instituições mantenedoras de acervos fotográficos para o desenvolvimento social, cultural e econômico da capital paraibana, foi confirmada. Os dados coletados e apresentados nessa pesquisa são testemunhos recorrentes e configuram a influência das entidades no processo de desenvolvimento em que se encontra a cidade de João Pessoa no contexto atual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução á metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7 ed., 2º reimpressão, São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, Camila; PAULA, Silas de. O arquivo fotográfico e o individuo moderno. **Revista Ícone**, v.2, n.5, dez.2009.

ARAÚJO, Vera Lúcia. As transformações na paisagem do Porto do Capim: Leituras de uma paisagem urbana. 177f. **Dissertação**. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de conservação de documentos**. Rio de Janeiro: 1985. (Publicações Técnicas, 42).

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2004. Disponível em: <
http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf >. Acesso em 28 de agosto de 2010.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n.52, p. 109-120, set./dez. 2004.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudos de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168 - 184 mai./ago. 2007.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. Os significados da amizade. Resenha. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.2, n.4, p. 172-176, abr. 2003.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: ADORNO, Theodor; LIMA, Luiz Costa (Org). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 318 - 326.

BARUKI, Sandra Cristina Serra; COURY, Nazareth. Treinamento em Conservação Fotográfica: a orientação do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte. **Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica**. FUNARTE: Rio de Janeiro, v.1, p. 1-7, 2004.

BATISTA JR., Natalício. Fotografia e Memória: Contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. **Revista Belas Artes**, São Paulo, n.1, set./dez. 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. 4° ed., Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

BIANCO, Bela Feldman; LEITE, Mirian L. Moreira.(Org.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papyrus, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica. 2 ed, 2005.

BURGI, Sérgio. **Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos materiais**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: Aproximações. **Estudos Ibero-Americanos de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.31, n.2, p.23-39, dez. 2005.

CARTIER-BRESSON, Anne. Uma nova disciplina: a conservação-restauração de fotografias. **Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica**. FUNARTE: Rio de Janeiro, v.3, p. 1-5, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Vol. V, n. 2, p. 73-84, ago./dez. 2002.

CONARQ. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

CORUJEIRA, Lindaura Alban. **Métodos de prevenção e eliminação de fungos em materiais bibliográficos**. R. Bibliotecon. Brasília, v. 1, n. 1, p.59-65, jan./jun. 1973.

COUTINHO, Marco Antonio; VIDAL, Wynna Carlos. Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios: O desafio da requalificação do Mercado Central de João Pessoa-PB. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7, 2007, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: DOCOMOMO, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminarios%207%20Porto%20Alegre%20trabalhos.htm>>. Acesso em: 07 de outubro de 2011.

CRUZ, Marta Vieira. Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964). **HISTEDBR**, Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_titulos.html>. Acesso em: 08 de Outubro de 2011.

CUNHA, Lídia Nunes. **O documento fotográfico: um caminho a mais para o conhecimento da presença negra na escola pública brasileira**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/0203t.htm>>. Acesso em 23 de março de 2010.

DIÓGENES, Glória. Imagem e narrativas: Registros afetivos. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.1, n.2, p.132-150, ago.2002.

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos**. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, n. 1, p.10-14, 1986.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol.28, n.76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FILIPPI, Patrícia de. et al. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FORMAGIO, Cessimar de Campos; BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Vivendo na cidade, sentindo o cotidiano e reagindo a uma ausência: As expressões corporais como respostas sociais **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.3, n.9, p.365-379, dez. 2004.

FUNARTE / IBAC. **Manual para catalogação de documentos fotográficos**. (Versão Preliminar). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed., 13ª reimpressão, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Ci. Inf. [online], vol.27, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300007>. Acesso em: 20 de setembro 2011.

HENDRIKS, Klaus B. Armazenagem e manuseio de materiais fotográficos. **Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica**. FUNARTE: Rio de Janeiro, v.4, p. 1-9, 2004.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino; LOUREIRO, Mônica de Fátima. Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000. **Transinformação**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da PUC. Campinas, SP, v.15, (Edição Especial), set./dez., 2003.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JOLY, Martine. **Introdução á análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 1998.

KÖCHI, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação á pesquisa**. 23 ed., Petrópolis: Vozes, 2006.

KOSSOY, Bóris. **Origem e expansão da fotografia no Brasil: Século XIX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê editorial, 2001._____.
Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Fotografia, Memória e Sociabilidade. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 7, n. 20, p. 160 a 176. Ago. 2008.

KUBRUSLY, Claudio Araújo. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LACERDA, Aline Lopes. A fotografia no Brasil: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockfeller durante o combate á febre amarela no Brasil. 259 f. **Tese**. (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloísa Monteiro; Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEÃO, Flávia Carneiro; GONÇALVES, Cássia Denise. O processamento técnico-arquivístico do documento fotográfico. **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, SP v.6, n. 12, jul./dez. 1994.

LEITE, Mirim Moreira. **Retratos de família: leitura de fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LOPES, Luis Felipe Dias. **A qualidade dos suportes no armazenamento de informações**. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da Memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. **Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. Porto Alegre, n.27, p.205-217, jan./jun. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 6° edição, 2008.

MATA, Leandra Porto da. As continuidades e as discontinuidades da educação superior no Brasil: as reformas do ensino superior no governo militar e no governo neoliberal. **Revista Trabalho necessário da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, Ano 3, n.3, 2005.

MELLO, Márcia e PESSOA, Maristela. **Manual de Acondicionamento de Material Fotográfico**. Rio de Janeiro: FUNARTE/IBAC, 1994.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.6, n. ½, p. 121-132, jan./dez. 1993.

MUSTARDO, Peter; KENNEDY; Nora. **Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Preservação de fotografias** - métodos básicos para salvaguardar sua coleção. Tradução Olga de Souza Murder. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

MUSTARDO, Peter. Preservação de fotografias na era eletrônica. **Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica**. FUNARTE: Rio de Janeiro, v.2, p.9-12, 2004.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n.10, p.9-28, dez. 1993

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba. 132f. **Dissertação**. (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de. **A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. [S.l.] [S.d.]. Disponível em <
<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/margarida/ihgpb.pdf> >. Acesso em 21 de Setembro de 2011.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 7º reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PAVÃO, Luís. Conservação de fotografias: o essencial. **Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica**. FUNARTE: Rio de Janeiro, v.3, p.7-12, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **História da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2003. p.09-15.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2000.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: Sobre o dispositivo fotográfico**. Tradução Eleonora Bettman. Campinas: Papirus, 1996.

SCHEFF, Thomas J.A vergonha como emoção principal da análise sociológica: Alguns exemplos nas músicas populares. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.10, n.28, p.74-86 ,abr. 2011.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos. Princípios e técnicas**. 6 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SILVA, Armando Malheiro da et. al. **Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Benedito (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Lúgia Maria Tavares da. João Pessoa: Planejamento urbano e qualidade de vida.(In):**Política Hoje: Revista do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, v.3, n.6, p.61-78, jul./ago.1996.

SIMONETTI, Joca. Gestão cultural – significados e dilemas na contemporaneidade. Resenha. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.2, n.6, p. 520-524, dez. 2003.

SMIT, Johanna W.; KUNIOSHI, Nair Y. **Como elaborar vocabulário controlado em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Imprensa Oficial, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó; Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Vancarder Brito. Sociologia da emoção. Resenha. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.2, n.4, p.168-171, abr. 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org). **Introdução ao Brasil: Um banquete no Trópico**. São Paulo: Ed. Senac, 1999. p.337-355.

STRELCZENIA, Marisa. **Fotografia e memória: a cena ausente**. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/20/06.html?ppal=02.html>. Acesso em: 08 de Outubro de 2011.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Noções sobre conservação de livros e documentos**. Brasília: [S. E.], 1997.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Imprensa Oficial, 2003.

ANEXOS**ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO****IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO**

Nº DE TOMBO _____
 FUNDO: _____

GRUPO _____
 SÉRIE _____

Código de referência _____
 Localização _____ atual: _____

Título, Local e Data da Imagem

Título _____ principal:

Título _____ atribuído:

Outras informações sobre título:

Local da Imagem:

Data da imagem ____ / ____ / ____
 Data atribuída ____ / ____ / ____

INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Autor/Estúdio:

_____ *Entidade*

Atribuição de autoria:

Autor da reprodução

_____ *Data de reprod.* _____ / _____

/ _____

Origem/**Aquisição:**_____ *Data* aquisição _____ / _____ /
 Permuta Compra Doação
 Outros

 Peça avulsa Coleção Álbum – total
 de documentos fotográficos _____
Assunto:

Legendas: _____

Descrição _____ **resumida:**

Descrição ampla _____

Descritores

(palavras-chave)

Classificação da Imagem: P&B 135 mm 6x6 Cor **Formato:** negativo outros

Tipo de papel: branco rugoso mate outros

Tipo de Fotografia: original cópia

Estado de Conservação: metalização sujidade emulsão rasgos da mecânica manchas esmaecimento dobras

retoque ondulações escrita a tinta falta de corte deslocamento da emulsão descolamento fita adesiva escrita: à lápis

Outros

Medidas de Preservação: limpeza mecânica Higienização com Filme de Poliéster de borracha Acondicionamento

reprodução em negativo Outros cópia em papel fotográfico

Observações: _____

Bibliografia: _____

Publicação: _____

Editor: _____

_____ **Data** _____ **da** _____ **publicação:**

Impressor: _____

Impressor: _____

_____ **Data** _____ **da** _____ **impressão:**

Notas: _____

Catalogador:

Data:**Digitador:** _____

Data:**Localização Física:**

Descrição	Armário	Estante	Gaveta	Pasta	Caixa	Envelope
Matriz						
P/ cópia						
Neg. reprod.						
Outras cópias						

ANEXO B: ORIENTAÇÕES SOBRE O PREENCHIMENTO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS

Orientações sobre o preenchimento da ficha de Identificação de Fundos

Códigos:

- 1) As iniciais **PF**, referem-se ao “Projeto Fotográfico”, independente de sua modalidade (Projeto de Pesquisa ou Projeto de Extensão);
- 2) O segundo campo a ser preenchido será a sigla da instituição que serão as suas iniciais, p. ex: CJA (Casa de José Américo);
- 3) Adotaremos um código numeral que vai de 001 ao infinito;

Exemplos:

PF_CJA_001- Código da Instituição Casa de José Américo em nosso Projeto.

PF_IHGP_002 - Código do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba em nosso Projeto.

PF_IPHAEP_003 - Código da Instituto do Patrimonio Histórico e Artístico Estadual da Paraíba em nosso Projeto.

PF_AHPB_004 - Código do Arquivo Histórico da Paraíba em nosso Projeto.

PF_SC_005 - Código do Sebo Cultural em nosso Projeto.

Exemplo de notação do Arquivo Histórico Ultramarino:

1- [1642, Julho, 14, Lisboa]

REGIMENTO (cópia do capítulo 9º) do Conselho Ultramarino acerca da forma do embarque das naus e navios que partem para a Índia e demais conquistas; do provimento de todos os ofícios de Justiça, Guerra e Fazenda, bem como as cartas, provisões e patentes que levam os vice-reis, governadores e capitães ao ultramar, exceptuando o provimento dos lugares eclesiásticos.

AHU_ACL_CU_089, Cx. 1, D. 1.

ANEXO C: QUESTIONÁRIO DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS –
INSTITUIÇÕES/FOTÓGRAFOS/COLECCIONADORES

**Questionário dos Acervos Fotográficos –
Instituições/Fotógrafos/Colecionadores**

Código da Instituição:

1. Identificação da Instituição

Nome:	
Endereço:	
Telefone	
e-mail:	
Site:	
Horário de Atendimento:	
Vínculo da Instituição (hierarquia):	
Responsável pela Instituição (Perfil):	
Responsável pelo setor (Perfil):	
Outras observações:	

2. Identificação do acervo

Nome do fundo, série, coleção ou dossiê:	
Nome da Instituição produtora do acervo	
História administrativa:	
Data da acumulação	
Datas-limites do acervo	
História da custódia	
Forma de Ingresso do acervo	
Ordenação dada ao acervo	
Volume (quantidade):	
Condições de acessibilidade	
Características físicas	
Resumo do conteúdo	
Direitos de Autor	
Existência de	

Instrumentos de pesquisa	
Existência de cópias	
Notas sobre as fontes consultas e pessoal envolvido na organização do acervo	

ANEXO D: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM NDPEP/IFPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE O
 REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 6 de junho de 2019

Eu, Mandamio Bocel dos Santos Júnior
 responsável pelo acervo do **Núcleo de Documentação e
 Pesquisa de Educação Profissional (NDPEP/IFPB)**, autorizo o
 registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia 20/08/20 para
 os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e Extensão** do projeto
 PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como Memória Cultural:
 Entre o Registro Histórico e o Desenvolvimento Local.**


 Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade


 Assinatura do Coordenador do Projeto

ANEXO E: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM APL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

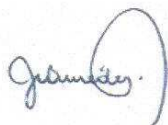
**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
 O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 03 de JANEIRO de 2012.

Eu, ROSALI CRISTOFOLI FLORES NOBRE
 responsável pelo arquivo da **Academia Paraibana de
 Letras-APL**, autorizo o registro e o uso das imagens
 realizadas/cedidas no dia 07/04/11 para os fins exclusivos de
Ensino, Pesquisa e Extensão do projeto PIBIC/UEPB/CNPq
**Arquivo Fotográfico Como Memória Cultural: Entre o Registro
 Histórico e o Desenvolvimento Local.**

Rosali Cristofoli Flores Nobre
Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade



Assinatura do Coordenador do Projeto

Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, Bairro Cristo Redentor
 João Pessoa - CEP: 58.070-450
 Fone: (83) 3223-6702/ 1138
 www.uepb.edu.br

ANEXO F: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO AFONSO PEREIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
 O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 5 de Janeiro de 2012

Eu, Clemilde Sore S. da Silva
 responsável pelo **Arquivo Afonso Pereira**, autorizo o
 registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia 25/06/11
 para os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e Extensão** do projeto
 PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como Memória Cultural:
 Entre o Registro Histórico e o Desenvolvimento Local.**

Clemilde Sore S. da Silva
 Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade

Clemilde Sore S. da Silva

Assinatura do Coordenador do Projeto

Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, Bairro Cristo Redentor
 João Pessoa - CEP: 58.070-450
 Fone: (83) 3223-6702/ 1138
 www.uepb.edu.br

ANEXO G: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM IHGP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
 O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

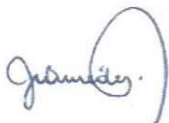
CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 13 de fevereiro de 2012.

Eu, Maria do Socorro Bacenda
 responsável pelo arquivo do **Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba-IHGP**, autorizo o registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia 11/04/2011 para os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e Extensão** do projeto PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como Memória Cultural: Entre o Registro Histórico e o Desenvolvimento Local**.

Maria do Socorro Bacenda

Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade



Assinatura do Coordenador do Projeto

Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, Bairro Cristo Redentor
 João Pessoa - CEP: 58.070-450
 Fone: (83) 3223-6702/ 1138
 www.uepb.edu.br

ANEXO H: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA
PARAÍBA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
"ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 05 de maio de 2017.

Eu, Ricardo Gízi Veloso
responsável pelo **Arquivo Eclesiástico da Paraíba**,
autorizo o registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia
06/05/2017 para os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e
Extensão** do projeto PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como
Memória Cultural: Entre o Registro Histórico e o
Desenvolvimento Local**.

Ricardo Gízi Veloso
Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade

[Assinatura]

Assinatura do Coordenador do Projeto

ANEXO I: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ENSAIO BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
 O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 05 de JANUÁRIO de 2012.

Eu, Ricardo Peixoto de Oliveira
 responsável pelo arquivo da **Agência Ensaio Brasil**,
 autorizo o registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia
27/04/11 para os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e
 Extensão** do projeto PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como
 Memória Cultural: Entre o Registro Histórico e o
 Desenvolvimento Local.**



Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade



Assinatura do Coordenador do Projeto

Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, Bairro Cristo Redentor
 João Pessoa - CEP: 58.070-450
 Fone: (83) 3223-6702/ 1138
 www.uepb.edu.br

ANEXO J: CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

Missão:

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

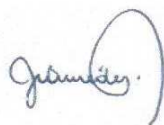
**PROJETO DE PESQUISA PIBIC/CNPq/UEPB
 "ARQUIVO FOTOGRÁFICO" COMO MEMÓRIA CULTURAL: ENTRE
 O REGISTRO HISTÓRICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 03 de JANEIRO de 2012.

Eu, João Pedro FERREIRA DA SILVA
 responsável pelo **Arquivo Histórico da Paraíba**, autorizo
 o registro e o uso das imagens realizadas/cedidas no dia 26/06/2011
 para os fins exclusivos de **Ensino, Pesquisa e Extensão** do projeto
 PIBIC/UEPB/CNPq **Arquivo Fotográfico Como Memória Cultural:
 Entre o Registro Histórico e o Desenvolvimento Local.**

João Pedro Ferreira de Silva MAT. 83513-6
Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade



Assinatura do Coordenador do Projeto

Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, Bairro Cristo Redentor
 João Pessoa - CEP: 58.070-450
 Fone: (83) 3223-6702/ 1138
 www.uepb.edu.br